



ATA N.º 23/XI-2º/2014-15

1 - Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, pelas 21H00, no Salão da Associação dos Bombeiros Voluntários de Almada, sito na rua Cândido Capilé, nº 13, em Almada, realizou-se a Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, referente ao mês de fevereiro, com a seguinte agenda:

- 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos
- 2 - Período de Antes da Ordem do Dia
- 3 - Período da Ordem do Dia
 - 3.1 - Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal
 - 3.2 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre o “Procedimento Concursal - SMAS - Técnico Superior, Área de Atividade de Gestão”
 - 3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre o “Recrutamento Excecional - SMAS - Preenchimento de 30 postos de trabalho de Assistente Operacional”
 - 3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a “Renovação das Autorizações de Abertura de Procedimentos Concursais para 52 postos de trabalho de Assistente Operacional”
 - 3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a “Reestruturação Orgânica dos Serviços Municipais e Municipalizados”
 - 3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre os “Procedimentos Concursais para Provimento de quatro Cargos de Dirigentes Superiores de 1º Grau”
 - 3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre o “Recrutamento Excecional para preenchimento de 51 postos de trabalho por Tempo Determinado para atividades nas praias do Concelho”
 - 3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre o “Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior”
 - 3.9 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre o “Plano Municipal de Emergência - Regulamento”
 - 3.10 - Apreciação e votação do Projeto de Deliberação de Alteração da Composição do Conselho Municipal de Segurança de Almada.



2 - Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr^{as}. Elisabete Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.

3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Elisabete Peres Pereira; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Geraldes; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Daniel Pedro Sobral; José Gabriel Guiomar Joaquim; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria d'Assis Beiramar Lopes Almeida; Manuel Domingos Rodrigues Batista; João Ricardo Lourenço Quintino; Pedro Miguel de Amorim Matias; Paulo Filipe Pereira Viegas; Nuno Filipe Miragaia Matias; Luísa Maria Gama Varela; Paulo Alexandre Ribeiro Sabino; António Francisco Salgueiro; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Pedro Manuel Nunes de Oliveira; Alexandra Branco Ralo Barata Correia; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Teresa Paula de Sousa Coelho; Ana Margarida Figueiredo Alves Luna de Carvalho; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:

4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias, com ausência nos dias 26 e 27 de fevereiro de 2015, (Ent. nº 3113/XI-2º), (**Conforme Anexo I**).
- O Senhor Deputado Municipal Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino, com ausência no dia 27 de fevereiro de 2015, (Ent. nº 2965/XI-2º), (**Conforme Anexo II**).
- A Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Rodrigues de Carvalho, com ausência nos dias 26 e 27 de fevereiro de 2015, (Ent. nº 2968/XI-2º), (**Conforme Anexo III**).
- A Senhora Deputada Municipal Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, com ausência no dia 27 de fevereiro de 2015, (Ent. nº 3120/XI-2º), (**Conforme Anexo IV**).
- O Senhor Deputado Municipal Sérgio Cantante Faria de Bastos, com ausência no dia 27 de fevereiro de 2015, (Ent. nº 3121/XI-2º), (**Conforme Anexo V**).



- A Senhora Deputada Municipal Ana Marques Serra e Moura Salvado, com ausência no dia 27 de fevereiro de 2015, (Ent. nº 3122/XI-2º), (**Conforme Anexo VI**).
- O Senhor Deputado Municipal João Rafael Faustino de Almeida, com ausência no dia 27 de fevereiro de 2015, (Ent. nº 3103/XI-2º), (**Conforme Anexo VII**).

4.1.1- Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Senhor António Abrantes de Almeida, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de fevereiro, do eleito Sr. Bruno Ramos Dias, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo VIII**).
- O Candidato Senhor José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de fevereiro, do eleito Sr. Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo IX**).
- O Candidato Senhor Mário Filipe Burrica Nunes de Castro, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de fevereiro, da eleita Sr. Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho e por impedimento da cidadã Sr.ª Filipa Raquel da Silva Barroso, do cidadão Sr. José Augusto Tavares Oliveira, do cidadão Sr. Luís António de Matos Vicente e da cidadã Sr.ª Helga Cristina Rosa Ribeiro - PEV, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo X, XI, XII e XIII**).
- A Candidata Senhora Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de fevereiro, da eleita Sr.ª Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XIV**).
- O Candidato Senhor Nuno de Avelar Pinheiro, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de fevereiro, do eleito Sr. Sérgio Cantante Faria de Bastos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XV**).
- O Candidato Senhor Filipe Alexandre Pardal Pacheco, apresentado a sufrágio pela lista do PS e que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de fevereiro, da eleita Sr.ª Ana Marques Serra e Moura Salvado, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XVI**).
- A Candidata Senhora Lina Cristina de Matos Gonzalez, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de fevereiro, do eleito Sr. João Rafael Faustino de Almeida e por impedimento da cidadã Sr.ª Ana Catarina Ribas Lopes, do cidadão Bruno Rafael Esteves Manso Ribeiro, e da cidadã Sr.ª Beatriz Leal da Silva Brandão, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XVII, XVIII, XIX e XX**).

4.2 - O Presidente da Assembleia Municipal informou da comunicação da Junta das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, em que para o efeito da



alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, e devido a justo impedimento do Presidente do respetivo Órgão Autárquico, é substituído na presente Reunião da Assembleia Municipal pela eleita na Junta das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Senhora Ilda de Lourdes de Oliveira Dâmaso Garrett, **(Conforme Anexo XXI)**.

4.3 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 - Usou da palavra o Munícipe Exm.º Senhor Carlos Alberto Ferreira Cruz, residente no Monte de Caparica.

5.1.1 - O Munícipe Exm.º Senhor Carlos Alberto Ferreira Cruz:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O motivo que me traz hoje aqui, inicialmente é o Movimento de Moradores do Bairro Amarelo do Monte de Caparica, que tem tido uma atividade contra a Lei das Rendas Apoiadas, que se mantém firme como outros movimentos e Associações de Moradores espalhadas pelo país fora, que se encontram firmes na defesa de que esta lei, a Lei 81/2014, veio piorar e veio agravar a vida de centenas e de milhares de cidadãos espalhados pelo país. Sabemos que o IRHU tem um sério número de património espalhado pelo país e também sabemos que estas leis, esta lei da forma que ela está a ser aplicada, é uma lei injusta. O Movimento de Moradores do Monte de Caparica especialmente o movimento criado dentro do Bairro Amarelo, tem uma petição que pretende levar a cabo à Assembleia da República e ao Governo, pedindo a sua revogação, por uma lei mais justa.

O sentido que trago aqui em primeiro lugar é agradecer ao município na qualidade da Junta da Freguesia, na qualidade da Assembleia da Freguesia, na qualidade do Sr. Presidente, por nos terem apoiado logisticamente e nos terem facultado, na medida do possível, aquilo que era necessário para combater esta lei. Continuamos nesta luta e queremos reativar de novo que esse apoio se mantenha. É óbvio que esta lei é injusta e merece ser reprovada, estaria aqui muitos pontos para citá-la, citá-la de quanto negativo e lesivo é para quem trabalhou e para quem especialmente mora há trinta e tal anos dentro de um bairro.

Tenho aqui uma petição que desde o início, a minha petição foi sempre esta em que os Partidos que por exemplo que seja o caso nesta última votação em relação a esta



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

lei, votaram contra, não acreditando que outros Partidos o façam, tenham outra atitude. Mas esses que votaram contra esta lei, que depois desta petição entrar na Assembleia da República e daqui lanço o apelo que ela de facto tenha a atitude perante a Assembleia de mais de que não seja revogada.

Conta esta lei votaram três Partidos em oposição à lei do Governo. E é a esses Partidos que eu lanço o repto de fazerem desta petição a sua petição. A petição que é a petição que vai no sentido de que a lei seja revogada e tenha um sentido justo. A lei contem alguns pontos que parece aos moradores que estão aqui transcritos. Ficarão nesta Assembleia à disposição dos Partidos.

Quero lembrar que em questão de apoio, que os moradores hoje reunidos mais uma vez pretendem fazer parte de uma grande manifestação nacional que se está a preparar, a nível nacional, de várias comissões e movimentos de moradores que têm o dia marcado de concentração no Largo do Rato, pelas três horas e sai em manifestação à Assembleia da República. Estes homens e estas mulheres não brincam com este assunto. Estão indignados, querem esta lei revogada. Este Governo se me permitem a expressão, não tomou em conta a situação atual do nosso país, não tomou em conta a necessidade de se conter pelo menos em relação à parte da velhice. De muitos de nós que vivemos com trinta anos e sessenta anos de idade, já no limiar da nossa vida, com reformas precárias, o exemplo da minha companheiros, quinhentos e trinta euros de reforma, quarenta e um anos de trabalho, desde os treze anos de idade, aos quinze entrei para o mercado de trabalho e pus um patrão em tribunal, recebo uma pensão de quarenta e um anos de trabalho de quinhentos e trinta euros. A minha esposa trinta e poucos euros. Sabem qual é a minha renda, que o IHRU pretende neste momento? Muito perto dos cento e quarenta euros que me quer retirar de uma reforma de quinhentos e trinta euros. É isso que se chama a indignidade. Eu fui uma pessoa sempre lutei contra a desigualdade, a desigualdade já é injustiça que baste. No momento que atravessamos, eu penso que os nossos autarcas aqui sem excluir ninguém, devem ter uma posição no Parlamento e devem entender esta manifestação no dia 17, à qual nos vamos ligar como movimento solidário aos outros movimentos. Devem ter atenção, quando esta petição entrar devem apoiar dentro dos vários Partidos Políticos para que esta lei seja de facto revogada. Eu diria até mais, enquanto ela não fosse revogada devia exigir a suspensão imediata do aumento das rendas. É injusto demais.



Em conversa com o Sr. Presidente da Câmara numa concentração pela saúde, aqui no Concelho eu fiz uma abordagem que quero deixar no ar. O problema hoje em Portugal que se passa, não é só o aumento das rendas, mas é o problema da falta de habitação social e aqui no nosso Concelho ela existe e muito e tem que ser resolvida. Ela aqui no nosso Concelho tem que ter resolução deste problema. Deixo o alerta também que o artigo 14º da Lei do Orçamento como já falei com o Sr. Presidente, deixa uma ponta de fora sobre uma atitude a tomar sobre a Câmara. Mais tarde o movimento de moradores irá se debruçar sobre isto e irá também tirar conclusões de como é que vamos abordar este assunto, porque não pode haver política social para uns, diferente da dos outros. Embora eu tenha aqui presente que o contrário de que se fica com o atual diploma legal que define a renda apoiada, o novo regime de renda apoiada para habitação aplica-se obrigatoriamente a todos os tipos de contratos de arrendamento atualmente existentes, nos fogos de habitação social de Portugal do IHRU e das Câmaras Municipais. Isto é uma agressão muito grande a todos os Municípios de Portugal, porque ela implica com a vida dos Municípios no singular, mas também no plural nas suas organizações. E portanto fica feito o apelo, sejam solidários connosco.”

5.2 - Em resposta ao Senhor Município, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Carlos Guedes e Luísa Ramos, e o Senhor Presidente da Câmara Municipal.

5.2.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Saudar a luta dos moradores do Bairro Amarelo e a sua associação, sublinhar a importância da organização dos moradores para a defesa dos seus interesses, sem os quais não será possível fazer qualquer tipo de caminho, e reafirmar aquilo que tem vindo a ser a atitude da Autarquia nesta matéria, de também ao seu lado lutarmos contra uma lei que também nós consideramos que é injusta e ofensiva da autonomia do Poder Local ao tentar-nos impor sobre o nosso próprio património a adoção de legislação que o Governo entende agora tornar extensiva às Autarquias.

Como é conhecido, em Almada os critérios de aplicação de renda apoiada diferenciam substancialmente daqueles que o Governo tem vindo a aplicar, sendo substancialmente menor as rendas aplicadas no caso das habitações ou dos fogos sociais património da Câmara Municipal. Assim manteremos e continuaremos a bater-nos para que os fogos de propriedade da Câmara, apesar do sacrifício para todos



nós, continuaremos a fazer o nosso melhor para que as condições de habitação dos fogos da Câmara também sejam dignas daqueles que as habitam, seja no que diz respeito aos espaços comuns e aos espaços envolventes.

Podem contar connosco, a Comissão de Moradores do Bairro Amarelo e todos os moradores dos bairros sociais e naturalmente pensamos que esta nossa ação e esta nossa luta é do interesse de todo o Município, porque este é um elemento essencial à coesão e à coesão social, à paz social, ao bem estar de todos os munícipes, portanto podem contar connosco.”

5.2.2 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Bloco de Esquerda já por diversas vezes manifestou a sua solidariedade com esta luta deste movimento do Bairro Amarelo, mas com outras também pelo país fora, gostaríamos de fazer novamente. Desejar que a manifestação do dia 17 tenha o sucesso desejado também, e dizer que com certeza nós lá estaremos e que todas as lutas em torno do direito à habitação são lutas importantes para que este direito não seja apenas meras palavras expressas na Constituição.”

5.2.3 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Reiterar o nosso apoio que vem de há muito tempo, começou em 2010, aos moradores do IHRU no Bairro Rosa, prolonga-se hoje ao Bairro Amarelo. Dizer que estamos de acordo na análise que o Sr. Município faz sobre a injustiça de uma lei que não tem em conta os critérios para determinar o valor da renda, aquilo que as pessoas efetivamente recebem, já que para o cálculo da renda o que conta são os rendimentos ilíquidos e não os líquidos. Não tem em conta um conjunto de matérias que nós consideramos que devia ter sido tomado em conta conforme as propostas apresentadas na Assembleia da República e sistematicamente chumbadas para uma alteração significativa à Lei do Arrendamento e à Lei da Renda Apoiada. E fez também de facto o Sr. Município aqui lembrar que também se pretende, e mais numa tentativa de retirar autonomia do Poder Local e impor os mesmos critérios para o parque habitacional da Câmara.

Contem connosco, vamos continuar a luta e seguramente que contribuiremos para a petição e também para a manifestação do dia 17.”

6 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.



6.1 - Entrou-se no ponto 3.1 da agenda com a apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal, (continuação), (Conforme Anexo XXII da Ata Nº 22/XI-2º).

6.1.1 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais José Joaquim Leitão, Odete Alexandre, Lina Cristina Gonzalez, António Pedro Maco, Luís Palma, Carlos Guedes, Luísa Ramos, Pedro Matias, Margarida Luna Carvalho, Carlos Revés, Pedro Oliveira e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.1.1.1 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uso da palavra para me focar em dois assuntos da atividade municipal. Um deles tem a ver com a educação e basicamente o assunto que trago aqui é o seguinte, nós sabemos que este documento de informação da atividade municipal se refere a novembro e dezembro, no entanto quando eu leio o que se refere à alínea 4.2, nós temos uma informação e portanto essa informação em princípio será de novembro e dezembro, o que nos suscita alguma perplexidade e gostava que o Sr. Presidente da Câmara me pudesse esclarecer, refere que foi feita a avaliação dos pedidos de escolas para funcionamento em regime duplo e ocupação de espaços em escolas. A questão que suscito é a seguinte, o regime normal nos termos da Lei é obrigatório e só pode ser adotado o regime de desdobramento no caso de haver impossibilidade, inexistência de espaços. As Autarquias são ouvidas, só que o ano escolar inicia-se em setembro, como é que em novembro e dezembro a Câmara Municipal desenvolve esta atividade. É um assunto que eu gostaria de ser esclarecido.

Relacionado com esta matéria, com a matéria da rede escolar, fui à procura de informação sobre um assunto que me preocupa que é o que se relaciona com o funcionamento das escolas do 1º Ciclo, o regime de funcionamento, regime normal ou regime de desdobramento e fui à procura no espaço em que deveria ir, fui ao site da Câmara Municipal ao micro site da educação e fui procurar informação sobre a rede escolar do 1º Ciclo, e qual foi a minha surpresa quando verifiquei que cinco meses depois do início deste ano escolar continua a constar a informação do ano escolar anterior. Cinco meses num ano é muito Sr. Presidente. E eu não percebo como é que se pode explicar que continue no site da Câmara Municipal hoje de manhã, ainda, os dados completamente desatualizados e que no caso concreto tiveram como efeito a impossibilidade de eu verificar se havia ou não havia progressos na matéria relativamente ao ano passado. É uma matéria que eu acho lamentável e penso que,



a não ser que haja algum aspeto que eu não esteja a ver e se houver uma justificação suficiente obviamente que a aceitarei, mas acho à partida um aspeto lamentável e que deveria ser corrigido com a máxima urgência.

Noutra área de atividade completamente diferente é o estado de conservação das estradas do nosso Concelho, das estradas municipais.

Eu sou residente na Charneca de Caparica e no trajeto que faço habitualmente de caso para o trabalho, as compras, portanto na minha atividade social verifico que há zonas, pelo menos as zonas que frequento na Charneca de Caparica, não conheço todas obviamente, mas as que eu frequento estão num estado lamentável. Estão num estado de conservação lamentável.

O acesso à Quinta da Barriga, o acesso à Quinta do Texugo, o acesso à nova Escola Presidente Maria Emília Neto de Sousa, portanto há uma situação que é muito preocupante e causa danos aos munícipes e para além dos incómodos diários. Aliás, há pouco tempo estive numa oficina a tratar dos pneus do meu carro e quando eu lá estava aparece um munícipe obviamente muitíssimo preocupado, dizendo que tinha caído num buraco da estrada nacional e que tinha participado à GNR e que iria ali fazer a reparação. Portanto, tirava a fotografia e tal, e eu lá lhe expliquei que os Municípios eram responsáveis por esse tipo de situação, que havia uma coisa que se chamava responsabilidade extracontratual do Estado e quando por ação ou omissão do Município era provocado um dano a um munícipe, esse munícipe tinha direito a ser ressarcido. Mas como eu tenho alguma curiosidade, penso que é inerente ao facto de ser Deputado Municipal, fui verificar como é que esta matéria estava a ser processada na Câmara. Eu sei que é costume e que é habitual em muitas Câmaras levar a sessão de Câmara propostas para ressarcir munícipes deste tipo de danos. Eu hoje de manhã estive a ler algumas propostas aprovadas em algumas Câmaras Municipais que em caso de dúvida poderei fazer também tirar uma cópia e entregar ao Sr. Presidente, e há deliberações, geralmente são deliberações pacíficas por unanimidade, no sentido de ressarcir os munícipes. Informe-me e aquilo que me disseram foi que na Câmara de Almada essas matérias não vão à sessão de Câmara. E portanto, até para que a transparência exista nesta matéria e eventualmente eu aprenda alguma coisa, gostava de saber se tinha havido alguma delegação de competências da Câmara nalgum Vereador ou no Sr. Presidente e se essa situação estava resolvida e regularizada. No caso de estar resolvida e regularizada, eu tenho a certeza que se não estiver há de ser regularizada



rapidamente. Gostava também que fosse prestada informação à Assembleia Municipal sobre as ocorrências verificadas, até para nós podermos utilizar a variação dessas ocorrências como indicador de estado de conservação das vias do Concelho. Portanto era aqui uma sugestão e um apelo que eu deixava.”

6.1.1.2 - A Sr.^a Deputada Municipal Maria Odete Alexandre (Ind.):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Vi numa das nossas redes sociais não sei até que ponto é que esta informação é consistente, que haveria já alguns desenvolvimentos sobre o projeto Almada Nascente. Aqui no Relatório que nos é apresentado diz apenas que foram apreciados os programas territoriais integrados e que a integração da proposta de intervenção no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio Portugal 2020, considerando projetos âncora no Plano de Urbanização Almada Nascente o Ecoparque, o Museu do Tejo e os acessos viários. Também no Relatório que nos foi presente se refere que há uma elaboração de um projeto de reordenamento da avenida Cristo Rei no entroncamento com a avenida D. Nuno Álvares Pereira, para reposição dos dois sentidos na circulação da ligação das duas artérias. Eu gostava de saber o que é que há de facto sobre o assunto. Ainda ontem lá passei, não pareceu que houvesse nenhuma alteração e o Relatório diz respeito há dois meses atrás. Portanto, gostaria de saber exatamente qual é o ponto da situação.

Eu sou moradora em Cacilhas e moro numa das artérias perpendiculares à Carvalho Ferreirinha e com frequência vemos carros a passarem na rua Carvalho Ferreirinha com uma velocidade desajustada. Teno uma vizinha que por acaso é Irlandesa e costuma dizer que a partir daquela rua para Cacilhas, que estamos na Índia. Eu não gostaria de morar na Índia, eu gostava de morar em Almada e portanto o que eu peço ao Sr. Presidente é que possa mandar rever o estado do piso e também se possível na descida para Cacilhas colocar algumas bandas, de maneira a que os automobilistas não fizessem aquela descida com tanta velocidade, porque a rua é excessivamente estreita e as pessoas idosas que são a maioria dos moradores daquela zona, têm dificuldade em descer a rua com segurança.”

6.1.1.3 - A Sr.^a Deputada Municipal Lina Cristina Gonzalez (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Aproveitando este ponto da ordem de trabalhos, vimos mais uma vez chamar a atenção para alguns dos problemas que vão proliferando pelo nosso concelho e tendo em vista a sua resolução por parte dos serviços municipais.



Nesse sentido, alertamos novamente para os buracos à entrada da Escola de Vale Flores no Feijó e que ainda não foram tapados.

Na av.^a Prof. Rui Luís Gomes, no Laranjeiro, junto ao número 3, o passeio tem nesta altura muito musgo espalhado a sair da calçada o que já originou algumas quedas, pelo que era importante que fosse ali efetuada uma limpeza.

Relativamente à antiga Estrada Nacional 377, na Charneca de Caparica, a precisar de requalificação já há algum tempo, encontra-se num estado deplorável no que respeita ao pavimento e à falta de marcações nomeadamente traços contínuos e passadeiras. Existem também alguns problemas de falta de iluminação pública.

Ainda na Charneca de Caparica, mais concretamente na av.^a Elias Garcia, junto ao nº 14, existe uma entrada para um Stand de Automóveis e para diversas habitações. Acontece que essa entrada encontra-se completamente esburacada e a necessitar de uma intervenção já que está a impossibilitar o acesso das viaturas ao Stand e às residências dos moradores. Já caíram diversas pessoas por causa dos buracos e quando chove fica tudo alagado inclusivamente a estrada.

Sugerimos, caso seja tecnicamente adequado, que no cruzamento da av.^a Heliodoro Salgado com a rua Bernardo Francisco da Costa, em Almada, seja colocado um espelho de forma a que os senhores condutores possam ter uma visibilidade maior já que tem ocorrido ali alguns acidentes que dessa forma talvez venham a ser evitados.

Na rua Capitão Leitão, também em Almada, junto ao Montepio existe uma passadeira provisória, que os moradores pedem que possa passar a definitiva, já que é um dos caminhos que as crianças utilizam para irem para a Escola Feliciano Oleiro e também é aproveitada pelos utentes da Escola de Dança de Almada situada na Academia Almadense.

Relativamente ao trânsito na av.^a D. Nuno Álvares Pereira, existe por parte de muitos automobilistas grande falta de cidadania já que aquando do atravessamento por parte dos peões não abrandam a velocidade chegando a existirem algumas situações de risco quando em simultâneo vem a passar o metro. Para esta situação sugerimos que a Câmara, talvez em conjunto com a Metro Transportes do Sul, possam desenvolver novamente uma campanha de esclarecimento e de cidadania junto dos utilizadores da avenida.

Ainda não foi retirado o sinal de circulação proibida às viaturas à entrada da praça São João Baptista.



Finalmente na Alameda da Cidade da Costa da Caparica, junto a uma das entradas do Jardim Urbano foram destruídos já há alguns anos diversos edifícios degradados que ali existiam. Só que foi deixado no terreno todos os despojos e entulhos pelo que aquele espaço está transformado numa lixeira e vazadouro.

Já é um caso de saúde pública e de segurança, devido aos dejetos, maus cheiros, ao lixo e aos ratos. Também ali se juntam algumas pessoas que os moradores da zona consideram pouco recomendáveis o que pode vir a originar focos de incêndio.

Trata-se, hoje em dia de um dos mais tristes postais da Costa da Caparica, tão nocivo para a afirmação de um destino turístico de excelência, ainda por cima junto a um espaço verde tão procurado e frequentado.”

6.1.1.4 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente eu não poderia começar esta minha intervenção deixando de saudar esta brilhante instituição onde nós estamos hoje reunidos que são os Bombeiros Voluntários de Almada.

Relativamente à atividade municipal, Sr. Presidente, muito rapidamente, apenas para deixar duas notas relativamente àquilo que o CDS-PP considera positivo que tem sido feito neste caso para a promoção do Concelho. Falamos então do Festival de Surf da Costa da Caparica, que já tivemos também a oportunidade de saudar e que da nossa parte tem todo o apoio e relativamente também a uma iniciativa por parte da Câmara Municipal de Almada com as Escolas que foi neste último Natal os Guardiões de Almada que também achamos bastante positiva para a promoção do Concelho.

Entrando nas outras questões que já foi aqui falado relativamente ao asfalto nomeadamente na Freguesia da Charneca de Caparica e que portanto deixamos este repto também, Sr. Presidente, para que tenha mais atenção relativamente às estradas do Concelho, nomeadamente na localidade da Charneca de Caparica.

Depois uma outra questão aqui bem próxima de nós, Sr. Presidente, embora como é evidente compreendemos a tentativa de melhorar a atratividade ao centro da Cidade, mas depois por outro lado penso que não se salvaguardou as questões da segurança. Ou seja, quando falo ao nível da segurança estou-me a referir relativamente à segurança rodoviária Sr. Presidente, se me permite a expressão, neste momento o centro de Almada em termos de insegurança rodoviária está praticamente um caos. O CDS-PP deixa aqui esse mesmo repto para que essa mesma situação rapidamente possa ser colmatada a fim de se poder evitar situações constrangedoras quer para os



automobilistas quer também para os restantes munícipes que andam a pé no centro de Almada. Depois aqui também bem perto e aqui faço a questão ao Sr. Vereador da Educação, temos uma brilhante Escola Feliciano Oleiro que foi inaugurada há bem pouco tempo, pergunto Sr. Vereador se relativamente à concessão do equipamento desportivo se já há alguma novidade, visto que a obra foi boa e portanto penso que o mais rápido possível devemos dar uso. E também outra mesma situação que se passa na mesma escola. Se sairmos daqui agora neste momento, ali acima à mesma escola, se calhar a escola que de dia é frequentada por alunos, por crianças, se calhar à noite Sr. Presidente, Sr. Vereador deverá ter mais atenção a quem frequenta as mesmas instalações, inclusivamente o portão que supostamente deveria ter uma determinada segurança está aberto e portanto é uma questão de passarem pelas escolas e poderem constatar esta mesma situação que o CDS-PP aqui deixa para reflexão.

Depois Sr. Presidente, embora o CDS-PP considere que a nível da recolha do lixo melhorou significativamente no último mês e meio, temos que em abono da verdade e até para que não fique apenas uma parte da questão o Sr. Presidente da Câmara, portanto a parte Vereação que diz respeito a estas questões da recolha do lixo, enviou, respondeu ao CDS-PP o requerimento que foi enviado pelo mesmo partido. Eu vou só deixar algumas passagens desse mesmo requerimento, embora o requerimento seja público, está disponibilizado pelo site da Assembleia Municipal, mas vou deixar apenas aqui algumas passagens. Diz então o requerimento por parte do executivo, “a AMARSUL que tem a concessão da recolha dos resíduos recicláveis de toda a área da Península de Setúbal, onde se insere o Concelho de Almada, cabe a responsabilidade contratual da limpeza de todos os resíduos que sejam indevidamente colocados junto dos ecopontos”. A verdade é que esta componente da responsabilidade da AMARSUL tem vindo a apresentar crescentes sinais de degradação, fruto da opção de gestão puramente economicista imposta pela tutela governamental sobre a EGF que determinou a redução de despesas com pessoal. Até para que não seja considerado que estou aqui a manipular os factos podem consultar este mesmo requerimento online.

Prosseguindo, a Câmara Municipal diz relativamente ao processo de remoção dos monos da via pública “atividade objeto da delegação de competências acordada com a Junta das Freguesias no Concelho”, esta não se encontra mencionada para poder acolher o excesso de produção de resíduos resultantes da situação descrita pelo facto



de ser realizada com viaturas ligeiras que não possuem capacidade de carga suficiente para garantir uma resposta adequada à inoperância revelada pela AMARSUL.

Depois a mesma resposta ao requerimento faz aqui uma menção relativamente à falta de operadores, portanto a falta de trabalhadores, enfim Sr. Presidente noutros Municípios realmente a ser assim também há falta de trabalhadores, mas o que acontece realmente é que em muitos Municípios do país esta situação não acontece. Portanto fica aqui esta questão.

Relativamente ainda ao comportamento dos cidadãos, diz a Câmara Municipal e bem, numa dimensão complementar a estas preocupações sublinha-se igualmente que “o comportamento cívico dos munícipes nestas áreas assume tanta ou mais importância que a atividade de recolha de resíduos de limpeza propriamente dita”. Nesse sentido está a ser concebida e desenvolvida uma nova campanha que visa a sensibilização perante a necessidade de serem adotadas atitudes e comportamentos ativos mais adequados a uma manutenção da higiene e salubridade pública por parte de todos e cada um dos cidadãos, particularmente no que diz respeito às condições que a disposição de resíduos sólidos na via pública terá que obedecer.

Sr. Presidente, não podemos concordar mais com esta afirmação que a Câmara Municipal deixa no requerimento. Agora Sr. Presidente é preciso agir, é preciso e reconhecemos nomeadamente no último Boletim Municipal, ao qual para nós é de uma inteira satisfação, a preocupação que a Câmara Municipal tem neste caso com estas questões que dizem respeito também à imagem do Concelho. E portanto Sr. Presidente vamos ver a partir de agora se com esta informação toda, se há cidadãos que continuam amanhã este tipo de atitudes, se a Câmara Municipal tem ou não uma, estas situações são sempre melindrosas e compreendemos, mas Sr. Presidente não podemos ter um Concelho desta forma e as Juntas de Freguesia também devem ter essa responsabilidade, digamos assim e portanto Sr. Presidente é necessário uma maior fiscalização para quem cumpre com as regras de civilização.

Depois temos então aqui as perguntas que o CDS-PP fez à AMARSUL. E muito rapidamente Sr. Presidente vou passar a enumerar, “- tem a AMARSUL em Almada cumprido na íntegra os objetivos diários de recolhas de resíduos que está prévia e devidamente acordado?” Diz a AMARSUL “Há já vários anos que a AMARSUL tem indicadores operacionais para medir a qualidade do serviço, um deles é a percentagem de ecopontos que se recolhem a transbordar, no caso de Almada a



percentagem de contentores recolhidos estavam cheios com material no exterior no momento da recolha, em 2014 esse valor foi de 5,4% e em 2013 foi de 8,6% o que revela uma clara melhoria no que este indicador diz respeito”.

À segunda pergunta do CDS-PP, “qual o valor em média de resíduos sólidos urbanos recolhidos mensalmente pela AMARSUL no Concelho de Almada em 2014”, portanto estes são os dados que posso deixar, deixo os dados, “vidro (isto em toneladas) 2212 em 2013, em 2014 - 2194; papel/cartão 2497 e 2014 - 2492; embalagens em 2014 1456, em 2013 - 1490”. Portanto tem aqui inclusivamente as variações total de recolha seletiva 6199, 6142. Se compararmos, continua a AMARSUL, “as quantidades recolhidas nos últimos dois anos e as quantidades de RSU e diferenciados entregues pelo Município nesses mesmos dois anos verificamos que não houve variações significativas”.

A terceira pergunta do CDS-PP, “é da responsabilidade da AMARSUL a recolha do lixo e resíduos acumulados em redor e na área circundante, leia no chão, dos ecopontos?” A AMARSUL responde, “A AMARSUL tem como responsabilidade a recolha dos resíduos passivos de reciclagem nomeadamente vidro, papel, cartão e embalagens de plástico e metal que se encontram junto dos ecopontos. Cabe ao Município a recolha dos restantes resíduos indiferenciados que se encontram junto dos ecopontos que lamentavelmente são a maioria, sobretudo nota-se alguma falta de civismo da população na correta utilização dos contentores que são colocados à sua disposição, quer sejam para recicláveis, quer sejam para resíduos indiferenciados. Nesse sentido é desejável reforçar as campanhas de sensibilização em curso de forma a haver uma maior adesão por parte da população.” A AMARSUL depois deixa um site para consulta de todos os cidadãos com uma aplicação onde se pode verificar a data da última recolha do ecoponto e a previsão da próxima recolha.

À quarta pergunta do CDS-PP, “qual o número de funcionários incluindo motorista presentes numa operação de recolha de ecopontos da responsabilidade da AMARSUL no turno?”, resposta da AMARSUL, “os circuitos de recolha dos ecopontos são realizados com motorista e com auxiliar, ou apenas com motorista. Em 2014 cada uma das situações aconteceu em cerca de 50%, no total dos circuitos. Nos centros urbanos como por exemplo o centro de Almada, habitualmente a recolha é realizada com motorista e auxiliar. Portanto, tem-se verificado no centro de Almada que se tem verificado mais esta situação pertinente”.



À quinta pergunta do CDS-PP, “tem a AMARSUL deficit de trabalhadores funcionários, que por sua causa estejam a colocar em incumprimento a prestação do serviço aos munícipes?” A AMARSUL responde, “o quadro de pessoal afeto à recolha de ecopontos é o necessário à execução dos circuitos. Sempre que algum funcionário entra de baixa ou entra de férias, é substituído.”

À sexta pergunta, “considera a AMARSUL que não tem capacidade de resposta encontrando-se elevados níveis de inoperância e com dificuldades no cumprimento dos seus objetivos, a AMARSUL responde, “a AMARSUL não tem elevados níveis de inoperância nem dificuldades no cumprimento dos seus objetivos, pelo que a resposta tem sido a adequada como demonstra por exemplo a diminuição da taxa de transbordo dos ecopontos.” Diz ainda a AMARSUL “e porque isto não é uma missiva secreta.” Relativamente ao ofício do Sr. Presidente da Câmara de Almada comenta a AMARSUL, é referida a transferência dos cantoneiros que corresponde aos nossos auxiliares para a CVO, quando temos feita essa reestruturação desde o início de 2012 e em 2014 não houve alterações dos quadros auxiliares e não em totalidade como indica ofício da CMA. É dada como prova da diminuição da qualidade do serviço o facto de a AMARSUL ter diminuído a recolha de recicláveis enquanto a Câmara aumentou a recolha de RSU. Este facto demonstra que houve diminuição na separação pelos munícipes, situação que se verificou noutros sistemas multimunicipais e não na diminuição da nossa, isto é AMARSUL, qualidade do serviço.

Sr. Presidente, muito obrigado pela sua atenção, muito obrigado pela sua benevolência.”

6.1.1.5 - O Sr. Deputado Municipal Luís Palma - Presidente da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em nome da bancada da CDU dar-vos aqui algumas notas saudando o trabalho que a Câmara Municipal tem vindo a desenvolver na área da higiene urbana e da limpeza. A propósito saudar também os trezentos e oitenta trabalhadores que constituem esta equipa, que todos os dias fazem um trabalho que temos que valorizar porque é extremamente importante e que tem sido feito um esforço tendo em conta todos os constrangimentos que todos nós sabemos. De facto tem-se ouvido várias situações, mas depois em sede própria noutros âmbitos e nomeadamente na Assembleia da República, não se criam condições para que as Câmaras que não podem querer as nossas ruas limpas se não contribuirmos enquanto cidadãos, mas



também se não tivermos lá gente a fazer este trabalho. E como sabem quer a Câmara Municipal, quer as Juntas de Freguesia e este trabalho faz-se em articulação, tem vindo a fazer um esforço enorme para configurar as chamadas ilhas, ou seja, os RSU e os contentores de resíduos recicláveis, os chamados ecopontos, e portanto estas melhorias, se todos nós fizermos uma avaliação séria é um avanço e uma realidade.

Relativamente à admissão recente de mais cinquenta e três trabalhadores que a Câmara Municipal admitiu, as melhorias são visíveis e portanto saudamos daqui o Executivo e saudamos todos os trabalhadores. Resta dizer que hoje também já ouvimos falar na EGF, a EGF está num processo de privatização, como é que nós podemos querer com um serviço privatizado melhor o serviço público. Deixamos aqui também um bocadinho estas questões.

É curioso, às vezes sente-se algum incómodo quando referimos as políticas do Governo, mas quando as políticas do Governo condicionam o trabalho das Câmaras Municipais que querem fazer mais e melhor, não sei se alguém souber responder, mas nós temos algumas dúvidas relativamente a isto, encontrar alguma resposta plausível.

Para finalizar queria apenas dizer que, se calhar o Sr. Deputado António Maco tem que, mas acredito que o faça se atravessar para o outro lado do Tejo, para a cidade de Lisboa, tendo em conta todo aquele desenho que se fez naquele Concelho não me parece que a nível de higiene urbana Lisboa esteja assim tão limpa. Não me parece que Almada esteja assim tão mal, mas estaremos à disposição para fazer umas visitas ao Concelho e para verificarmos no terreno que as coisas melhoraram.”

6.1.1.6 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Os assuntos que nós hoje aqui trazemos neste ponto da ordem de trabalhos já foram abordados por todos os Grupos Municipais que falaram antes de nós. No entanto nós não queremos deixar de dar as nossas notas sobre algumas matérias.

O estado geral das estradas do Concelho. Eu não quero ser incendiário, apesar de estarmos numa das instalações dos Bombeiros, e de ter sido referido ontem o termo muitas vezes, mas a verdade é esta, se todos os Grupos Municipais têm chamado atenção para isto, por algum motivo será. Os casos da Charneca que já aqui foram referidos, a estrada que vai desde o restaurante do Texugo ali na zona da Elias Garcia até ao acesso da autoestrada, passando ali pelo cruzamento do Solar dos



Zagallos, a estrada que sobe depois para o Alto do Índio, tem sítios em que o mais correto será dizer que tem algum alcatrão no meio dos buracos e não é só difícil a condução, circular por ali torna-se perigoso mesmo porque alguns dos buracos têm já dimensões assinaladas. O que nós vemos muitas vezes é que os buracos até surgem tapados com aqueles remendos que nós distinguimos facilmente pela cor diferente que o alcatrão tem. Acontece que nós também vemos que ao fim de uma ou duas semanas o buraco volta e volta normalmente maior do que estava anteriormente. Isto leva-nos a um caso específico, nós não queremos ser mais específicos do que isto porque achamos que o estado está a chegar a uma situação calamitosa em todo o Concelho, mas há uma situação que pela gravidade, pelo menos pela forma como nos foi relatada. Duas munícipes caíram esta semana num buraco que se encontra numa passadeira, quase no final da av.^a da Fundação, em frente ao café D. Henrique, na Cova da Piedade. Numa passadeira. O buraco já foi remendado, ao que parece, segundo nos foi dito duas vezes, voltou a abrir e segundo testemunhas no local junto ao café D. Henrique duas munícipes terão ao longo desta semana caído nesse buraco. Portanto, é necessário de facto, a exemplo do que aconteceu no Mandato anterior com a questão da iluminação pública, arrepiar caminho e resolver de facto a situação do estado das estradas no Concelho.

A questão do lixo e da sua recolha, nós esperamos como já aqui foi dito, a situação aparenta ter algumas melhorias mas não nos satisfaz e já aqui foi dito também pelo Sr. Deputado do CDS que falou antes de mim, a questão dos ecopontos é a nosso ver uma das questões graves neste momento, porque de facto verifica-se a acumulação de lixo à volta dos ecopontos e aquilo que nos parece é que as pessoas se estão a desviar de fazer a sua recolha seletiva e o despejo seletivo dos lixos domésticos e estão a colocar tudo onde deviam estar apenas os resíduos sólidos urbanos.

Sr. Presidente, para terminar, uma questão, esta matéria também foi levantada ontem pelo Sr. Deputado Nuno Matias do PSD e fez praticamente todas as questões que nós queríamos fazer, mas nós temos mais uma, saber se em relação ao Festival que está anunciado para a Caparica, Caparica Surf Fest, se está previsto a utilização uma vez mais de voluntários, de trabalho voluntário neste Festival.”

6.1.1.7 - O Sr. Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



Nós estamos a analisar um documento que é o trabalho prestado em dois meses. Naturalmente que mesmo sobre o ponto de vista daquilo que foi aqui hoje mais focado e que obviamente nós não podemos dizer que não necessita de forma urgente de uma atenção como seja os pisos. Obviamente que não vamos dizer o contrário de outros que quando se vê que as coisas estão mal vão dizer é que está tudo bem, nós não temos essa prática política. E portanto, naturalmente que dizemos que também nos associamos à necessidade de melhoria de resolução desses problemas. Ainda assim, quero dizer que neste Relatório, nesta informação que estamos a apreciar, enfim há aqui um sinal de que alguma coisa está a ser feita. Naturalmente a dimensão é grande, naturalmente que os problemas que estão aqui elencados como início de ações para corrigir o que está, está longe de satisfazer as necessidades dos munícipes. Acreditamos que no próximo Relatório informativo venha mais informação de intervenção e portanto achamos bem e achamos bem que nos fiquemos agora numa coisa já que parece que é outra que foi durante meses e anos colocada como o principal problema da autarquia, hoje começa a ter sinais visíveis que se atenua pelo recrutamento dos trabalhadores. Portanto, parece que esta Câmara e este Executivo dá provas que com capacidade vai marcando a sua gestão no sentido da resolução dos problemas que aqui também na Assembleia Municipal são levantados.

Mas eu gostava ainda e tendo como referência o documento que está em análise e eu quero realmente, até porque ontem houve uma Moção que, foi votada contra pela CDU, foi aprovada mas foi votada contra, porque no fundo não se assume que a Câmara de Almada em muitas coisas está a substituir as competências constitucionalmente previstas pelo Governo Central, como é o caso da habitação, eu gostava de chamar atenção para aquilo que foi nestes dois meses e estamos-nos a reportar a dois meses de atividade, o que foi de facto a intervenção já não só na atribuição no Plano Social de Habitação em que foi quer para realojamento PER, quer para outras famílias em situação de emergência social, mas quero também valorizar o trabalho que foi feito nas reparações em bairros camarários.

Também houve alturas em que esta Assembleia foi chamando atenção para essa necessidade e portanto dizer que o trabalho desenvolvido pela autarquia, pelo município, pela Câmara Municipal, nesta questão das grandes reparações em bairros camarários, saudamos e esperamos que se vá mantendo ou reforçando.

Por último. Ontem os Deputados Municipais, aliás já tinha sido informada através da reunião de representantes, vai-se realizar o Congresso de Almada e está marcada



uma reunião para todos os eleitos de preparação para o dia 5. Eu quero efetivamente saudar o Sr. Presidente da Câmara, o Executivo porque para além de ser um compromisso eleitoral da CDU que estamos também a cumprir, parece-me que é muito importante porque é mais uma forma de apelar à participação, de ouvir os munícipes, de participar com os munícipes nos projetos para a cidade e para o Concelho, e portanto quero dizer Sr. Presidente que conta com o nosso apoio e naturalmente que lá estaremos no dia 5 para participar e dentro daquilo que forem as nossas competências de Grupo Municipal tudo fazer para o êxito deste Congresso, já que o objetivo fundamental é também o aumento da participação, ouvir as pessoas e criarmos em conjunto condições para a melhoria do Concelho.”

6.1.1.8 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente da Câmara, o Partido Socialista gostaria que esclarecesse os munícipes aqui da zona de S. Paulo relativamente a um equipamento social que tem a ver com as ex-piscinas da Academia Almadense que neste momento são um equipamento municipal. Sabemos que foi apresentada há cerca de um ano uma proposta na sessão de Câmara, em que o Partido Socialista acompanhou essa proposta, em que esse equipamento voltaria, no fundo iria existir uma aquisição do direito de superfície por parte do Município em troca de trezentos e quarenta mil euros. Nós achamos que era uma boa proposta, porque teríamos a Academia com dificuldades da gestão do equipamento, com dificuldades na sua gestão de tesouraria do dia a dia e o equipamento já estava fechado desde junho de 2013. Isto é uma proposta de março de 2014, que a Câmara levou a sessão de Câmara e que o Partido Socialista acompanhou e que nos parece que era pertinente nos dois sentidos. Iriamos resolver o problema da Academia relativamente à gestão do equipamento e à sua solvabilidade e poderiam os munícipes que utilizavam esse equipamento continuar a usar as piscinas que eram frequentadas por um conjunto de pessoas já com alguma idade e portanto com algumas dificuldades de mobilidade também, mas que era um equipamento que estava ao dispor da população nesta zona do Concelho. O que nós detetamos é que ao fim de um ano foram transferidos os trezentos e quarenta mil euros para a Academia e as piscinas continuam fechadas, portanto não estão ao serviço da população. Eu gostaria só antes de fazer aqui uma interpelação, dar nota só de um parágrafo que vem neste documento que o Executivo da Câmara apresentou. Explica que “face à incapacidade de a Academia Almadense de reverter a



situação, o Município procurará por meios que estão ao seu alcance manter uma resposta de proximidade de uma zona do território onde residem populações que necessitam de convívio e de promoção da saúde e que ao mesmo tempo têm fortes restrições de mobilidade. Por outro lado, um equipamento desportivo de nível superior situado neste território gera fluxo de circulação e de uso que contribuem para a revitalização sociocomunitária que devemos manter.” O Partido Socialista acompanha e parece-nos que este parágrafo define claramente aquilo que são os objetivos deste equipamento. Não percebemos é que ao fim de um ano este equipamento continue fechado e para além de fechado não sei se o Sr. Presidente ou algum Vereador tem passado lá, está completamente vandalizado, as portas, o mural do Louro Artur, lixo à porta que me parece que era importante em virtude de ser um equipamento municipal neste momento, fazer-se alguma coisa por aquela piscina, devolver-se o equipamento à população e no fundo fazer aquilo que compete ao Município.”

6.1.1.9 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Margarida Carvalho - Presidente da União das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A CDU gostaria de valorizar e sublinhar neste ponto de Atividade Municipal o trabalho conjunto que a Câmara Municipal de Almada e a Junta de Freguesia da Charneca de Caparica e Sobreda na colocação de mais de quarenta ninhos de chapins em espaços verdes públicos de recreio e escolas da freguesia, no sentido do controlo da lagarta do pinheiro, mas conhecida como processionária.

A Câmara Municipal tem vindo a atuar de forma integrada no controlo desta praga, implementando um combate químico, nomeadamente com a vacinação dos pinheiros que são as árvores que têm esta praga já há cerca de mais de três anos. No entanto, apesar deste tipo de controlo de praga que se tem verificado, com resultados importantes, parece-nos a nós que importa também desenvolver outros meios de atuação. E parece-nos muito interessante esta hipótese do combate biológico como forma também não só ao incremento da biodiversidade e equilíbrio ecológico que é o incentivo de predadores neste caso o chapim que é um predador da lagarta do pinheiro, com a colocação de caixas de comedouros e bebedouros para alojar estes predadores naturais. O objetivo deste tipo de controlo à praga que tem aqui também a promoção de conceitos ecológicos de sustentabilidade junto da população e que permite aqui a um longo prazo o combate preventivo a esta praga que, principalmente nas zonas onde há muito pinheiro, como é o caso na Charneca de Caparica, tem



vindo a ser implementado. E portanto, parece-nos de valorizar esta ação que eventualmente tendo aqui sucesso, um sucesso sempre a longo prazo, nos parece interessante também alargar ao resto do Concelho.”

6.1.1.10 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Não querendo antecipar a discussão dos Relatórios e Contas que terão o seu período próprio, mas sendo estes os Relatórios, os últimos de 2014, estando esta questão referida neles e tendo inclusivamente o Sr. Presidente da Câmara ontem referido-se a ela, também não poderíamos deixar de passar o momento para referir os elevados graus de execução orçamental que mais uma vez o município conheceu em 2014. Sendo certo que isto tem sido uma prática constante de há muitos anos, estes elevados graus de execução orçamental, mas também não deixa de ser verdade que os últimos anos com a crise, com todos os problemas por todos conhecidos, manter estes graus elevados é de facto um feito digno de nota e também de congratulação ao nosso município e a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuem para que assim seja. Seja o Executivo, seja todo o grupo dos trabalhadores municipais que contribuem diariamente para que assim seja todos os anos e o ano passado não foi exceção. Aqui a nossa nota, a nossa palavra e os nossos parabéns por mais uma nota de excelente como foi o ano de 2014.”

6.1.1.11 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós gostaríamos de neste ponto referir, não está tão na ordem do dia, mas já esteve, que é o problema do fibrocimento e do amianto, e fazendo referência a que o documento nos revela e refere o estudo técnico científico desenvolvido pelo Instituto Dr. Ricardo Jorge revelou que não existem quaisquer situações de risco nas instalações do parque escolar da responsabilidade do município. Ou seja, nas escolas do 1º Ciclo. Não obstante é referido no documento que “decidimos avançar para a eliminação ou tratamento técnico adequado de todas as estruturas em fibrocimento ainda existentes nas escolas onde foram identificadas, tendo neste período sido iniciadas obras em duas delas e preparadas as restantes”.

O que o Bloco de Esquerda pergunta é se eventualmente o Executivo Camarário tem alguma perspetiva em relação ao período de tempo previsível para que todas estas obras iniciadas, quando é que eventualmente elas se concluirão. Porque, não sendo



um problema, reafirmo, que esteja hoje na ordem do dia, continua sempre a ser motivo da nossa preocupação.

Um outro aspeto que gostaríamos aqui de referir é relativo ao Plano Municipal de Sinalética no Concelho. E o que nos aparece na página 34 é, “Desenvolvimento do processo de implantação de mobiliário urbano e informático”.

Também em relação, gostaríamos de ter alguma informação complementar em relação a este Plano Municipal de Sinalética que todos sentimos como muito importante também no nosso Concelho.

E para terminar, em relação a um outro problema que se refere à toponímia e ao abandono em que se encontram, não só a degradação e deterioração de lápides pedestais e tudo o que existe em relação a toponímia em muitos locais do Concelho. Há muitos locais onde é difícil saber-se em que ruas estamos, onde é que essa rua começa e onde é que acaba. É um problema que está com certeza presente no Executivo, mas que nós gostaríamos também de realçar neste ponto da ordem de trabalhos.”

6.1.1.12 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

As questões que foram levantadas são sempre pertinentes e também nos ajudam a gerir melhor e a definir prioridades, iria procurar responder em relação às questões mais objetivas.

Como é do conhecimento do público e foi informado em devida altura, nós decidimos o ano passado desenvolver um programa de promoção turística da Costa da Caparica. Foi decidido o ano passado, como sabem, no contexto dos danos provocados pelas condições climáticas. Portanto, dissemos o ano passado que dispúnhamos para essa tarefa cerca de um milhões de euros, também foi público foi dito, e atuámos em conformidade. Houve duas iniciativas de maior dimensão, foi o Sol da Caparica, o festival que se realizou no ano passado e o lançamento do Programa ReDuna, que está em curso no sentido da reconstrução das dunas de São João. Portanto, em relação ao Sol da Caparica foi dada devida conta no convite que foi feito numa reunião a todos os Srs. Deputados Municipais, penso que todos estarão suficientemente informados de forma detalhada, disponibilizámos o CD com todos os elementos relativos aos impactos sobre essa matéria, penso que estarão todos informados.



Em relação à questão concreta que foi colocado, a entidade contratada foi António Miguel Guimarães à MG Music por setenta e cinco mil euros para consultadoria e apoio à produção e isso aconteceu o ano passado e voltou acontecer este ano, 105 mil euros, mais IVA no caso este ano, o ano passado penso que foi um valor semelhante ligeiramente inferior eventualmente. Portanto, o ano passado foi programado e foi realizado com êxito o Sol da Caparica, desenvolvido todo um outro conjunto de ações. Este ano temos o Festival de Surf que está em curso, esperamos também que tenha um êxito semelhante àquele que foi o do Festival como iniciativa a realizar no início da primavera tal como está programado e mais à frente teremos novamente o Sol da Caparica. Afirmando-se como um festival no contexto que se conseguiu colocar entre os dez maiores festivais, o oitavo lugar entre todo o conjunto de mais de uma centena de festivais que se realiza no país, portanto numa primeira entrada é magnífico este resultado, podemos dizer que plenamente atingido o objetivo que nos propúnhamos, que era contrariar a ideia de que a Costa da Caparica era um destino menor do ponto de vista turístico e do ponto de vista de todas as condições que pode oferecer e estamos convencidos que com o festival de surf e novamente com o festival de música portuguesa também é importante sublinhá-lo, não é fácil romper com um festival com estas características no contexto em que concorremos com grandes figuras do mundo da música internacional e fomos afirmados como Festival de Música Portuguesa. Portanto pensamos que atingimos um sucesso importante em todas as dimensões designadamente também na componente cultural, defesa da língua, da cultura portuguesa que não é uma questão menor no momento que o país atravessa. Estes aspetos naturalmente não deixam de levantar algumas questões, a questão da restauração foi devidamente ponderada, houve de facto essa sensibilidade dos proprietários de restaurantes em relação à possibilidade de estarem presentes no festival. Este ano haverá provavelmente mais possibilidades, mas o ano passado a partir de certa altura chegou-se à conclusão que pelo menos para aqueles que à partida pareciam mais interessados se tornava difícil adaptarem a instalação de um stand com as condições exigidas pelas autoridades da higiene alimentar, Para que colocassem restaurantes em condições, não estão preparados para isso, os que normalmente utiliza e faz esse trabalho correm vários festivais e feiras no país e têm as condições para poder responder em condições de segurança, aqui tornava-se uma despesa para quem iria iniciar esse trabalho, sem garantia de ser devidamente



ressarcido e portanto esta ano veremos quais são as condições para que isso possa acontecer.

Problemas com um morador da Costa da Caparica, houve vários outros que se manifestaram mas depois a coisa caiu. Este ano há uma alteração da Lei, recente que entrará em vigor penso que proximamente, que passa a não haver limite de horário para o encerramento dos estabelecimentos. Ou seja, só se houver incómodo para os vizinhos ou problemas de segurança pública é que se poderá atuar, portanto penso que foi um estímulo do Governo para o desenvolvimento deste tipo de atividade comercial, enfim procuraremos, apesar de tudo, manter o respeito pelos nossos munícipes, os fregueses da Costa da Caparica, por aqueles que estão nos parques de campismo que nos visitam também nesta matéria.

Voluntariado. Cumprimos tudo aquilo que a legislação exigia nessa matéria, foi suficientemente reafirmado que não substituíamos postos de trabalho e o tipo de intervenção que irá ser adotado este ano não posso ainda dizer porque esse processo ainda está em curso. Mas a experiência do ano passado foi uma experiência positiva, é o balanço que podemos fazer sobre essa matéria.

Em relação ao Parque Urbano de Santo António, estão em curso a programação de um conjunto de intervenções de melhoria do Parque tal como o ano passado foi anunciado. Na sequência da valorização do festival pensamos que também nesse aspeto, dando outra visibilidade ao Parque também oferece outras condições para uma intervenção com outra profundidade para que o Parque possa ser usado por todos ao longo de todo o ano em melhores condições. Portanto alguma obras que irão ser iniciadas muito em breve, mas que também têm a ver com a programação do tipo de obras em parques com aquelas características que não se podem fazer em qualquer altura tem a ver com as características das plantas que lá estão.

Problemas das vias. Fomos os primeiros a dizer ontem aqui e a citar quando foi da apresentação da informação, que esta era uma grande preocupação. Portanto, essa preocupação partilhamo-la convosco, fomos o primeiro a referir essa matéria, aliás já tínhamos referido noutras ocasiões e dissemos que tínhamos dois problemas em relação ao espaço público, um era a questão da recolha dos resíduos, já dissemos que com a contratação de pessoal que estamos agora em melhores condições de avançar, que também as medidas de caráter repressivo sem nós estarmos em condições de cumprir plenamente aquilo que são os nossos deveres, nós não temos descaramento para chegar ao pé das pessoas e depois multar, porque também há



sempre uma razão, mas também há a razão moral e portanto isso também é um fator que não nos deixa de preocupar, mas que ontem também foi dito que irá para debate público numa distribuição massiva para que chegue a casa de todos os habitantes de Almada o Regulamento de Resíduos e portanto a partir deste momento e com a contratação de mais catorze, porque só temos nove neste momento, a questão da contratação de pessoal não afetou só os cantoneiros, afetou também o problema dos fiscais, nós atualmente só temos nove fiscais, portanto temos menos metade daqueles que existem em Concelhos com menos de metade do nosso tamanho. Só para se ter uma pequena ideia de população. A contratação de novos catorze fiscais permitir-nos-á também nesse aspeto estar em melhores condições de intervir embora adotando sobretudo como medida sobretudo intervenção de caráter pedagógico. Os problemas não estão completamente resolvidos em relação aos resíduos, é preciso dizer isso, é preciso continuar a insistir, é uma campanha para continuar e para sustentar. Ainda hoje se passarem aí à noite se dão conta de uma série de questões que são perfeitamente inaceitáveis. E que são difíceis de resolver, nós vemos até instituições públicas com responsabilidade e só podem ser delas; quando fazem despejo de uma casa, carregam com o mobiliário todo para o lado do contentor quando eles sabem perfeitamente que podem e devem telefonar e programa com a Junta de Freguesia ou com a Câmara, a recolha dos monos e a recolha de material.

Há questões que não se compreende à luz de coisa nenhuma, a não ser alguma boçalidade, é preciso dizê-lo, que se vai apoderando de pessoas aparentemente responsáveis nesta matéria. E não tenho medo do que estou a dizer, que isto fique claro.

Depois em relação à questão do trânsito. Nós procurámos inverter uma situação que era caracterizada por aquilo que eram queixas de uma intervenção demasiado rija e inflexível da ECALMA na zona central. Tomámos algumas medidas, como já dissemos aqui, ainda não foram concluídas, mas estamos de acordo, é preciso termos presente, a zona é uma zona mista, os carros não podem andar à velocidade a que andam, mas naturalmente eu espero da parte de todos vós quando começarem a cair as multas e os carros começarem a ser rebocados, depois não venham para aqui dizer que agora os carros estão a ser rebocados e que há muitas multas. Estamos todos combinados e responsabilizados a cerca disto. Porque isto são coisas que é preciso a gente saber gerir, mas gerir com devida ponderação e respeito pelo menos pela



nossa palavra anterior. Também não estamos condenados a ficar eternamente agarrados à opinião que tivemos há dois meses atrás, mas pelo menos alguma consideração por nós próprios acho que devemos ter. Mas teremos que ir por um caminho também aqui de alguma pedagogia mas com alguma insistência. Nós estamos atrasados em relação à questão da sinalização, isso também naturalmente que afeta e pode dar a ideia que há ali um certo laxismo, pelo menos em relação a certas áreas, estamos de acordo, mas estamos de acordo que é necessário intervir. Iremos fazer um investimento muito significativo ainda hoje, à volta de noventa mil euros, para já à volta da sinalização. Isto demora depois alguns tempos a entrar em funcionamento. Assinamos a ordem para se lançarem os concursos mas depois as coisas demoram o seu tempo para se concretizarem. É uma coisa que eu pelo menos, cheguei há menos tempo, terão que me perdoar, às vezes estou convencido que as coisas conseguem andar mais depressa, mas não é tanto assim, infelizmente. Questões de regularização do trânsito é que tinha a dizer sobre isso.

Em relação às questões dos buracos, há um levantamento, não exaustivo mas é bastante desenvolvido pela Sr.^a Deputada Lina Gonzalez assim como por outros que assinalaram alguns buracos, estejam convencidos que ainda estão longe de atingir todo o número de buracos que nós temos. Ainda há muito mais do que esses, porque cada um de nós pode acrescentar alguns, por exemplo hoje não falaram do buraco mais famoso de Almada, que é o buraco da Estação do Pragal. Estou a falar desta maneira, mas é naturalmente para vos dizer, é uma preocupação muito grade que temos em relação a esta matéria e tomámos algumas medidas designadamente a nível de direção para podermos andar mais depressa com uma resposta nesse sentido.

A questão dos pagamentos a cidadãos por prejuízos, pagamos. Tem-se pago à volta de quarenta mil euros. O ano passado pagámos mais do que quarenta mil euros anuais em arranjos, é uma competência que está atribuída ao Presidente da Câmara. Ainda ontem assinei três ordens de pagamentos de três casos de danos, de indemnização de danos em viaturas. A única coisa que se pede é que contatem, quem veja a sua viatura danificada que contate a GNR, identifique o local, que haja algum elemento que permita garantir, face à fotografia que é elementar fazer, mas todas as situações que nos têm chegado têm sido pagas e portanto têm sido ressarcidas. Em relação a estas questões é o que poderia dizer.



Ainda voltando à questão dos resíduos, a questão da AMARSUL, lamento. Nós quando dizemos, nós temos pouco pessoal, não chega para fazermos corresponder àquilo que é a nossa missão, dizemo-lo, assumimo-lo e vamos contratar o pessoal.

Dizer que não é assim tão mau, cinquenta por cento, cinquenta por cento tinha o motorista mais o ajudante, mas há cinquenta por cento que só tinha o motorista. E eu penso que é daquelas coisas do senso comum, todos devíamos, que à volta dos ecopontos se acumularam, agora as coisas já estão melhores é preciso também dizê-lo, que se acumulavam quantidades enormes de caixotes sobretudo, que as pessoas não tinham condições para pôr, ou não punham dentro do ecoponto e aquilo era o convite para o que vem a seguir, enfim depois comecem a juntar ali coisas que não deviam efetivamente lá estar. Mas eu penso que é um problema para resolvermos em conjunto, nós e a AMARSUL. E penso que temos condições para nos entendermos nesta como noutras matérias, já não adiremos tanto que vai ser um bocado difícil com esta coisa da EGF, é difícil que nos entendamos, mas pensamos que tudo o que venha para bem do serviço público nos poderemos entender.

A questão das avaliações das Escolas em regime duplo e a questão do site. Nós a questão do site vamos ver o que é que se passa. A questão das Escolas em regime duplo, nós temos feito essa avaliação praticamente em contínuo e de ano para ano e sei que para além das soluções mais estruturantes que têm a ver com a Carta Educativa também se tem procurado estudar soluções e algumas vezes tem-se conseguido soluções mais flexíveis e próximas. Aliás, como se sabe conseguiu-se reduzir substancialmente o número de salas em regime duplo. Não estamos a dizer que estamos bem, mas não há negligência da nossa parte no acompanhamento dessa matéria. E é a questão que levanta se é oportuno ou se foi oportuno, se não estivemos desatentos em relação a esse problema. Não podemos concluir isso nem concluimos isso na avaliação que fazemos.

Eu penso que em relação às questões das vias fica claro e dos passeios e das raízes das árvores, e dessas questões que, a preocupação é comum e tudo aquilo que nos façam chegar é da maior utilidade.

Em relação às questões do realojamento. Nós temos sete mil pedidos de habitação de caráter social, temos entre novecentos a mil realojamentos PER para fazer, e depois ainda existem as Terras da Costa, ainda existe o 2º Torrão e toda uma série de outras situações que não foram recenseadas no momento do PER ou não estão consideradas como tal e portanto não podemos dizer que existe, até porque existe



alguma flutuação da população que habita esses bairros e que existe com todo o rigor os números. Mas há números, nós temos os números e temos os números exatos à unidade em relação a estas situações. Aquilo que nos propomos é fazer os cento e vinte realojamentos este ano e procuraremos fazê-lo recorrendo àquilo que é o nosso parque habitacional e recorrendo a um modelo que é o de aluguer. Tivemos uma resposta de uma entidade bancária entre as várias que foram contactadas, estamos a trabalhar com eles. Ficámos de apresentar uma proposta mais detalhada e está-se a preparar o respetivo Regulamento. As coisas estão a andar nesse sentido. Em relação às Terras da Costa e o 2º Torrão. Aquilo que temos como compromisso é um trabalho de dinamização e de melhoria das condições dentro do bairro. Temos estado a fazer esse trabalho com as Terras da Costa de uma forma mais avançada, não tão avançada em relação ao 2º Torrão, é preciso dizê-lo, mas a questão quer num caso, quer noutro, passa por uma intervenção de caráter urbanístico de maior dimensão que é necessário vermos quais são as condições que existem para se poder concretizar e para se poder ir mais longe, mas sobre esse assunto nós com certeza voltaremos a falar e até porque havendo alguma ideia sobre algum outro caminho que possamos tomar não deixaremos de o partilhar convosco, provavelmente no contexto do Congresso Almada teremos a oportunidade de ir mais ao fundo no sentido de conhecer os instrumentos de que possamos estar dotados para intervir nesta matéria. Também é bom sabermos, independentemente agora de quem está a governar, quais os instrumentos de que dispomos, quais são os meios, os recursos de que dispomos, estas coisas depois não basta boa vontade e acho que devemos passar da fase do discurso para fazer as coisas. E gostava que isto ficasse claro, porque não é um assunto esquecido.

Projeto Almada Nascente. Aquilo que podemos dizer é aquilo que foi comunicado pela comunicação social, que haveria um grupo interessado, um grupo parece que de origem chinesa, enfim mas neste momento não há mais nada para dizer sobre isso. Desconhecemos se as coisas continuam encaminhadas no bom sentido, houve a consideração de que poderíamos até ao final do primeiro trimestre ter alguma notícia mais concreta em relação a essa matéria, mas neste momento não temos mais informação do que esta. Aquilo que nós sabemos e aquilo que nós temos insistido, é que o espaço que ali está tem algumas condições para se poder fazer ali alguma coisa por via dos usos transitórios e que portanto aquela situação de espera prolongada sem que nada se faça leva também à degradação do espaço e também



não é bom para ninguém. Nós estamos atentos em relação a isto mas como compreendem não está na nossa mão, no fim é uma matéria que até quando sabemos está na mão do Ministério das Finanças, nem sequer ainda está na mão da empresa, da empresa Baixo Tejo, é disso que estamos a falar.

A questão da reposição dos dois sentidos da D. Nuno Álvares Pereira, avenida do Cristo Rei. Terça-feira haverá uma primeira intervenção para garantir que lá possam passar. É uma intervenção que os SMAS vai fazer em relação a algumas condutas para que não haja depois problemas de sustentação e de rotura com as condutas. Não tem sido um trabalho fácil justamente porque aparentemente é fácil e é uma obra pequena mas o que lá está por baixo têm que ser garantidas as condições de funcionamento, também a dimensão da obra teve que ser ponderada, se devíamos fazer uma coisa mais limitada desde já para facilitar a circulação do trânsito ou se a devíamos balançar para uma coisa de maior envergadura mas também que poderia envolver umas centenas de milhares de euros, e portanto, optámos para já para uma intervenção mais circunstanciada e portanto é nessa base que estamos a trabalhar, mas tem que haver um projeto, e o projeto tem que fazer sentido e não comprometer obras futuras.

Carvalho Freirinha, a questão da velocidade, estamos de acordo convosco, aliás o tratamento do piso daquela rua, como de outras precisa de ser devidamente acautelado, bem como o controle da velocidade. Fica o registo.

Piscina da Academia. A Piscina da Academia é preciso dizê-lo, nós fizemos uma intervenção na piscina da Academia e adquirimos a piscina da Academia na circunstância que todos sabem, já aqui foi dito. A condição financeira que a Academia tinha naquela altura era de tal ordem que por compromissos relacionados com o funcionamento da piscina a Academia podia entrar em incumprimento e entrando em incumprimento, que era um risco eminente que ali existia, os credores podiam tomar posse do fundo que a Academia era proprietária pondo em causa a conclusão da obra do Cineteatro. Isto estava assim. A Academia entrava em incumprimento, o credor iria ao dinheiro da Academia, dinheirinho que era necessário para concluir a obra do Cineteatro e depois não havia Cineteatro. Tínhamos que optar naquela hora para resolver o problema e foi o que foi possível fazer. Quando tomámos conta da piscina, naturalmente que as condições de funcionamento da piscina, até porque ela já estava há uns meses sem funcionar, mais do que meses, porque a situação já vinha de trás, enfim a situação não era tão simpática como aquilo que se pode



parecer. Aquilo era mais do que frigorífico desligado, depois a gente vai lá e lava aquilo com vinagre e a coisa fica quase boa. Não era nada disto, era uma coisa um bocadinho muito mais complicada do que isso. E o primeiro cálculo para pôr a piscina a funcionar apontava para umas centenas largas de milhares de euros. Entendemos que deveríamos contatar uma empresa de peritos para fazer o estudo que era necessário fazer em relação à piscina e neste momento as coisas estão aí. Agora, o nosso compromisso mantém-se e portanto na nossa linha de investimento continua a estar uma verba significativa, isso consta dos nossos Planos de Atividade e dos nossos P.P's, e dessas coisas, a verba para a piscina da Academia - a Piscina de Almada Velha, e portanto isso mantém-se o nosso compromisso.

Em relação ao processo de vandalização. Há ali um período transitório de piscina fechada em que nem sequer houve condições para se ter lá uma pessoa à porta, Já não me lembro se aquilo foi ali no período de transição e houve ali um assalto que afetou sobretudo o material informático que lá estava e que foi roubado. O resto, há coisa que se tem vindo a degradar por problemas relacionados com a própria construção, os equipamentos fundamentais foram salvaguardados.

Amianto. Projeto das últimas cinco Escolas para substituição do fibrocimento aguarda reforço de verba para cabimento do projeto que está em curso. A obra, a EB Dr. Francisco Tavares tem a obra concluída; a Escola EB do Monte de Caparica, rua dos Três Vales tem a obra concluída; a EB Quinta do Janeiro, rua José Afonso em fase de conclusão; a EB 2 do Laranjeiro, Terreiro João de Barros concurso público, obra a iniciar em meados de junho; EB 2 Monte de Caparica, rua do Moinho concurso público, obra a iniciar em meados de junho; EB 3 Cova da Piedade, rua de Moçambique concurso público, obra a iniciar em meados de junho. Portanto, o processo está em curso no contexto como dissemos ao Sr. Deputado, não existe identificado pelo Instituto Ricardo Jorge qualquer risco para a saúde das crianças ou das pessoas que frequentam a escola, apesar disso é um investimento de cerca de setecentos mil euros que entendemos que devíamos fazer, ficamos pela nossa parte com o assunto arrumado.

Se ficou alguma coisa por dizer, peço desculpa, esclarecimentos globais e absolutos é impossível.”

6.1.1.13 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



No seguimento da resposta do Sr. Presidente da Câmara nós gostaríamos de saber, os voluntários que previsionalmente trabalharão nos festivais anunciados respondem perante quem? Perante a Câmara? Perante a empresa MG Music? Ou seja, quem é que organiza o trabalho destes voluntários e perante quem é que eles respondem? Nós sabemos que têm a questão do seguro de acidentes de trabalho a salvaguardar qualquer acidente, etc., mas a questão é muito concreta, perante quem, quem é que organiza o trabalho destes voluntários, perante quem é que eles respondem?”

6.1.1.14 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Respondem perante a Câmara como é óbvio, em última instância a Câmara é dona da obra, tanto quanto o voluntário responde, não se trata aqui de relação contratual no sentido que se pode estar a pensar numa responsabilidade, responde tanto quanto a sua situação voluntária e o estatuto voluntário lhe caberá responder.

O tipo de exigência contratual está limitada, por esse facto é um voluntário. Não se trata de um trabalhador contratado para executar uma determinada função, podia ter essa armadilha que era a gente dizer responde e depois, vocês afinal contrataram..., não é isso.”

6.1.1.15 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente só para que fique claro, não era armadilha, era uma questão muito concreta, porque apesar de ser voluntário é trabalho, alguém tem que organizar esse trabalho e esses voluntários respondem perante alguém, se a resposta é, perante a Câmara, nós agradecemos a resposta.”

6.1.2 - Não havendo mais pedidos de palavra foi dada como apreciada a atividade municipal.

6.2 - Entrou-se nos pontos 3.2, 3.3 e 3.4 da agenda com a apreciação e votação das Propostas N^{os} 73, 74 e 75/XI-2^o, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 04/02/2015, sobre “Procedimento Concursal - SMAS - Técnico Superior, Área de Atividade de Gestão”, “Recrutamento Excecional - SMAS - Preenchimento de 30 postos de trabalho de Assistente Operacional” e “Renovação das Autorizações de Abertura de Procedimentos Concurais para 52 postos de trabalho de Assistente Operacional”, respetivamente, (**Conforme Anexos XXII, XXIII e XXIV**).

6.2.1 - Para apresentação das referidas Propostas usou da palavra o Sr. Vereador José Gonçalves a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal.



6.2.1.1 - O Sr. Vereador José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só para situar nesta Proposta e uma outra que temos no ponto 3.4, já agora com semelhança, como os Srs. Deputados Municipais sabem o recrutamento excecional é iniciado com um pedido de autorização à nossa Assembleia Municipal, no sentido de que o procedimento decorra com a possibilidade de recrutamento de trabalhadores para além do vínculo à Função Pública. Tivemos vários processos em curso com milhares de candidatos e no caso concreto dos SMAS de Almada, dos dez procedimentos, um deles não foi possível concluir no prazo da autorização inicial e no caso da Câmara Municipal depois também conforme está na Proposta do ponto 3.4 que já referenciei também não foi possível concluir, alguns deles nesse prazo. A Proposta que a Câmara Municipal aqui trás à nossa Assembleia é no sentido de renovar estas autorizações no sentido naturalmente dos procedimentos terem em todo o tempo concordância e aceitação por parte da Assembleia Municipal.

O ponto 3.3 é uma Proposta inicial de recrutamento no âmbito do nosso Mapa de Pessoal, os SMAS de Almada têm previsto o recrutamento de trinta assistentes operacionais, desse ponto de vista o que trazemos aqui é uma proposta de autorização inicial de recrutamento excecional de trabalhadores.”

6.2.2 - Não havendo pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação das Propostas N^{os} 73, 74 e 75/XI-2^o, que foram aprovadas por unanimidade, através das seguintes deliberações:

----- **Deliberação:**-----

Considerando que o júri do Procedimento Concursal Ref. A Técnico Superior - Área Funcional de Gestão, Aviso n^o 8783/2014 publicado no Diário da República decidiu repetir a Prova de Conhecimentos, devido a duas reclamações apresentadas por candidatos no uso do período de audiência de interessados.

Considerando que para tanto importa novo prazo para os Procedimentos Concursais o que é permitido legalmente ao abrigo dos n^{os} 3, dos artigos 64^o, das Leis n^{os} 83-C/2013, de 31 de dezembro e 84-C/2014, de 31 de dezembro, respetivamente “Orçamento de Estado para 2014” e “Orçamento de Estado para 2015”.

Nestes termos, para a realização de nova Prova de Conhecimentos e concretização dos Procedimentos, e ao abrigo e para os efeitos do disposto no artigo 64^o, n^o 3,



da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro e do artigo 25º, nº 2, alínea k), da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia aprova a proposta da Câmara Municipal e autorizando o alargamento do prazo por mais seis (6) meses do Procedimento Concursal Ref. A Técnico Superior - Área de Atividade Gestão dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento - SMAS de Almada.

----- **Deliberação:** -----

Considerando a redução do número de trabalhadores ao serviço dos SMAS de Almada em 2014 de cerca de 2,17%.

Saíram dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento durante o ano de 2014, vinte e nove (29) trabalhadores para aposentação sendo 18 assistentes operacionais, 3 encarregados, 1 técnico, 1 assistente técnico, 1 coordenador técnico, 1 técnico superior e 1 chefe de divisão e 1 trabalhador assistente operacional por falecimento.

Considerando a proposta apresentada de que para manter a qualidade do serviço de fornecimento de água potável, manutenção de redes, drenagem e tratamento de águas residuais é necessário o reforço de meios humanos dos SMAS de Almada.

Considerando que para tanto é proposto a abertura de dois Procedimentos Concursais para a ocupação de 30 lugares com vista à constituição de relação jurídica de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para candidatos que já possuam este vínculo e caso estes postos de trabalho não sejam ocupados através desta forma se possa recorrer ao recrutamento de candidatos que não possuam este vínculo, tendo em conta o artigo 64º, da Lei nº 82-B/2014, do Orçamento de Estado de 2015, que permite o recrutamento excecional, desde que os organismos cumpram os requisitos cumulativos expressos no nº 2 a nº 6, do Artigo 62º e nas alíneas b) e d), do nº 2, do artigo 47º e na alínea a) e b), do nº 2, do Artigo 64º, ou seja, a necessidade imperativa de continuar a prestar um serviço público essencial à População Almadense, a eventual impossibilidade de ocupação da totalidade dos postos de trabalho em questão por trabalhadores com relação jurídica de emprego público e, em qualquer tipo de modalidade, a disponibilidade de cabimento orçamental, o cumprimento dos deveres de informação e das taxas de redução exigidas.

Nestes termos e ao abrigo e para o efeito do artigo 64º, da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro e do artigo 25º, nº 2, alínea k), da Lei nº 75/2013, de 12 de



setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara Municipal, deliberando autorizar a abertura de dois (2) Procedimentos Concursais para ocupação de trinta (30) postos de trabalho dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento - SMAS de Almada (30 Assistentes Operacionais, sendo 5 de condução de veículos pesados e especiais e 25 da área de atividades de fornecimento de água potável, manutenção de redes, drenagem e tratamento de águas residuais), com vista à constituição de relação jurídica de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com possibilidade de abertura dos mesmos a candidatos que não possuam relação jurídica de emprego público, caso seja necessário e por relevante interesse público, segurança e proteção de pessoas e bens.

----- Deliberação:-----

A Assembleia Municipal na Segunda Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de fevereiro de 2014, realizada no dia 20 de fevereiro, ao abrigo das disposições legais e por proposta da Câmara Municipal aprovou a abertura de procedimentos concursais para o preenchimento de 52 postos de trabalho de Assistentes Operacionais, em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado e que foi publicitado através do Edital nº 101/XI-1º/2013-14, de 21 de fevereiro de 2014.

A Câmara Municipal vem submeter nova proposta à Assembleia Municipal para que seja renovada a autorização de abertura dos referidos procedimentos concursais informando:

Que os procedimentos concursais obrigaram ao procedimento de consulta prévia à entidade centralizada de reservas de recrutamento efetuada nos termos da Portaria nº 48/2014, de 26 de fevereiro, e havendo indicação de candidatos em situação de requalificação para as funções, teve que se proceder ao devido processo de seleção e contratação prévios à abertura em Diário da República e Bolsa de Emprego Público.

A instrução e desenvolvimento de um número elevado de procedimentos concursais, em 2014, vinte e dois (22), destinados ao preenchimento de postos de trabalho afetos às áreas operacionais, os quais mobilizaram simultaneamente membros de Júri comuns, forçando o desfasamento de períodos de aplicação dos métodos de seleção entre os respetivos concursos.



O elevado número de candidatos recebidas (4.143) que implicou o alargamento do período e número de dias necessários para a verificação dos requisitos gerais e específicos de admissão e sequente convocação, aplicação e avaliação dos métodos de seleção.

O período geral de férias estivais coincidiu com o período de aplicação dos métodos de seleção condicionando a normal tramitação dos referidos procedimentos concursais.

As características específicas das carreiras e categorias operacionais em curso, com a aplicação de métodos de seleção de complexa elaboração.

Nestes termos e ao abrigo e para os efeitos do artigo 64º, da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, e do artigo 25º, nº 2, alínea k), da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara Municipal deliberando renovar as autorizações dadas à Câmara Municipal de Abertura de Procedimentos Concurais, proferidas inicialmente em 20 de fevereiro de 2014, com efeitos a 21 de agosto de 2014, para:

- Trinta e seis (36) postos de trabalho para funções de Limpeza e Varredura;
- Cinco (5) postos de trabalho para funções de Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais;
- Três (3) postos de trabalho para funções de Cemitérios - Coveiros;
- Um (1) posto de trabalho para função de Condução de Viaturas Ligeiras;
- Um (1) posto de trabalho para função de Eletricista de Automóveis;
- Um (1) posto de trabalho para função de Canalização;
- Um (1) posto de trabalho para função de Eletricista;
- Dois (2) postos de trabalho para funções de Jardinagem;
- Um (1) posto de trabalho para função de Lubrificação Automóvel;
- Um (1) posto de trabalho para função de Serralharia Civil.

6.3 - Entrou-se no ponto 3.5 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 76/XI-2º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 18/02/2015, sobre “Reestruturação Orgânica dos Serviços Municipais e Municipalizados”, (**Conforme Anexo XXV**).

6.3.1 - Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.3.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



Como é do conhecimento dos Srs. Deputados Municipais, ao contrário do atual conjunto de medidas que foram tomadas em relação ao país, um conjunto delas prende-se com medidas relacionadas com a contratação de pessoal e também com a forma de organização da administração pública, no caso da administração central, o caso mais visível terá sido as matérias relacionadas com a dissolução de Institutos, fusão de Institutos, coisas dessa natureza. No caso da administração local e do poder local, as medidas organizativas consubstanciaram-se na publicação de uma lei, a Lei 49/2012, que obriga os Municípios a dotarem-se de uma estrutura orgânica que fosse condicionada pelo número de habitantes. Ou seja, pela população residente, pela população flutuante e pelo número de dormidas turísticas. Em relação à estrutura de que o Município de Almada estava dotado e que resultava de uma experiência que vinha desde o início do poder local, a aplicação desta Lei colocava um sério revés, colocando limitações enormes na nossa capacidade de intervenção. Isto era válido naturalmente para o Município de Almada, como para a esmagadora maioria dos Municípios do País. O facto de assim acontecer fez com que durante o processo de discussão do Fundo de Apoio Municipal, na altura na discussão havida entre os membros do Governo e a Associação Nacional de Município, ficou indiciada a possibilidade de sobre a Lei 49/2012 poderem ser introduzidas alterações que procurassem flexibilizar a sua aplicação ou revogar a própria Lei. Não era claro o que é que se pretendia, por forma a aproximá-la daquilo que eram as apreensões das autarquias locais. A Lei do Orçamento ou Proposta de Lei do Orçamento que foi apresentada a 15 de outubro, veio admitir que as autarquias locais se pudessem dotar de estruturas orgânicas ou número de unidades orgânicas superior às previstas na Lei 49/2012, ficando condicionadas a que as suas despesas com pessoal não aumentassem, caso em que só poderiam ser providos os lugares previstos pela Lei 49/2012. Esta medida era no entanto uma medida excecional e só aplicável aos Municípios que se encontrassem em situação de certo endividamento, que é o caso do Município de Almada.

A Lei de Orçamento que veio a ser aprovada para 2015 manteve esta prerrogativa e aguardando nós a publicação do Decreto-Lei de Execução do Orçamento, o Decreto-Lei sobre a Execução do Orçamento foi publicado no final de janeiro, não se veio a pronunciar sobre esta matéria e portanto a leitura que fazemos é a de que o Município de Almada se pode dotar de uma estrutura orgânica com o número de unidades orgânicas superiores às previstas na Lei 49/2012, ficando naturalmente



condicionado à questão relacionada com o aumento da despesa com o pessoal. E perante este facto, na reflexão que fizemos consideramos e que apresentámos na última reunião de Câmara, considerámos que era essencial que Almada perante os desafios que tem pela frente se dotasse de uma estrutura orgânica que lhe permitisse cumprir a sua missão. Nós não estaríamos em condições de cumprir a nossa missão num contexto, só para citarmos algumas coisas, em que deixaríamos de ter departamento de comunicação, divisão de relações públicas, mas também departamento de administração e finanças seria dissolvido, a divisão financeira deixava de existir, a divisão de atividades económicas e serviços urbanos deixava de existir, o departamento de recursos humanos deixava de existir, a divisão de pessoal deixava de existir, o departamento de organização informática deixava de existir, a divisão de salubridade deixava de existir, a divisão de jardins e espaços verdes deixava de existir, o departamento de trânsito, rede viária e manutenção deixava de existir, a divisão de trânsito e segurança rodoviária deixava de existir, o departamento de administração urbanística deixava de existir, a divisão de gestão e administração urbanística deixava de existir, a divisão técnica e administrativa deixava de existir, a divisão de gestão fundiária deixava e esta também vai deixar de existir, o departamento de planeamento urbanístico deixava de existir, a divisão de estudos e projetos deixava de existir, a divisão de qualificação urbana deixava de existir, a divisão de projetos deixava de existir, o departamento de educação e juventude deixava de existir, a divisão de educação deixava de existir, o departamento da cultura deixava de existir, o departamento da cultura deixava de existir, a divisão de equipamentos culturais deixava de existir, a divisão de museus e património cultural deixava de existir, departamento da ação desportiva deixava de existir, a divisão da ação sociocultural deixava de existir e a divisão de turismo deixava de existir. Ou seja, isto era tudo para cair e portanto não estaríamos com condições mínimas para poder enfrentar a nossa missão. E podemos dizer perguntavam há pouco como é que está Almada Nascente? Almada Nascente se, se vier a concretizar é um investimento de mil e duzentos milhões de euros para vinte anos, se entrarem sessenta milhões de euros por ano durante vinte anos temos mil e duzentos milhões. É um investimento anual de sessenta milhões de euros. Alguém considera no seu juízo que seria possível com uma estrutura orgânica como esta que acabei de vos dizer, que estaríamos à altura, eu não digo de acompanhar os investidores que para aqui viessem, de defender o interesse público e proporcionar o devido equilíbrio necessário



à boa gestão do interesse público neste contexto? Não poderíamos. Podemos dizer, bem mas poderíamos apesar de tudo ter uma estrutura diferente daquela que nos propõem, de acordo, é sempre possível ao longo dos 40 anos que temos de Poder Local Democrático e de experiência em Almada imaginar outro tipo de soluções. Mas as soluções que temos tido até agora oferecem-nos a garantia de que com esta equipa, com estas estruturas temos conseguido cumprir no essencial os nossos objetivos e isso tem sido reconhecido pelos nossos munícipes. E portanto pensamos que introduzindo alterações que se tornavam de todo evidentes e necessárias que deveríamos procurar respeitar aquilo que foi a nossa experiência destes últimos anos. E portanto a resposta que aqui vos trazemos naturalmente que tem, ou procura refletir algum reforço da nossa intervenção em algumas áreas, mas mantém o essencial, a estrutura que temos tido até agora, e o essencial é aquela que temos em vigor. Procuramos reforçar as áreas de intervenção social dotando-a de um departamento com capacidade para intervenção e procuramos reforçar as áreas de acompanhamento e de apoio ao desenvolvimento da atividade económica com a criação de um departamento, mantendo um departamento de desenvolvimento local e uma divisão de desenvolvimento económico, naturalmente com vocações diferentes, uma mais virada para a promoção do empreendedorismo, no apoio e à gestão dos fundos comunitários, outro no acolhimento e apoio a maiores investimentos, a grandes investidores. Portanto são duas dimensões diferentes, mas preocupadas numa mesma matéria.

Noutra área pensamos que a experiência que temos grande e prestigiosa na área do ambiente pode e deve ter maior reflexo na nossa própria atividade e portanto tudo aquilo que é enorme capacidade de conceptualização e de concessão e gestão de projetos nessa área permitir-nos-á no modelo que agora apresentamos todo o nosso trabalho também na área do ambiente e no que diz respeito à nossa intervenção no terreno ser mais profunda e ser mais qualificada sem perder naturalmente aquilo que é o nosso trabalho de parceria nestas dimensões e é a proposta que temos.

Aquilo que cabe à Assembleia pronunciar-se é sobre a estrutura nuclear, é isso que a Lei impõe, ela foi distribuída, os Srs. Deputados tiveram de certeza de se debruçar sobre ela e portanto estamos ao vosso dispor. A Proposta é sobre Câmara e SMAS.”

6.3.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Nuno Matias, Carlos Guedes e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.3.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):



“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Quando nós falamos na estrutura orgânica e não passa muito tempo desde a última alteração na chamada macroestrutura da autarquia, há que realmente ponderar como o Sr. Presidente aqui disse naquilo que são as necessidades das respostas que a Autarquia tem que dar aos desafios que o território acrescenta, às oportunidades, àquilo que são um conjunto de vicissitudes que a cada momento e face a uma realidade que vai mudando é necessário adequar para que a Câmara também não pare no tempo por um lado, seja capaz de dar resposta aos desafios. E portanto, em primeiro lugar deixar uma nota positiva, que é o reconhecimento que aqui é dado de que houve uma alteração que permitiu às Câmaras que não tinham desequilíbrios, digamos assim, do ponto de vista económico-financeiro, adaptar melhor a sua estrutura, porque infelizmente acontece em muitas autarquias. A realidade das autarquias por muito que se apele e se encha a boca em relação à autonomia, o problema é que quando falta o dinheiro vão a correr pedir dinheiro ao Governo, e porque tem que haver racionalidade, porque as autarquias também são Estado, porque as autarquias também fazem parte de um País que tem as suas necessidades, tem os seus meios limitados e por isso é fundamental que se adaptem e bem àquilo que a cada momento são as possibilidades por um lado, as necessidades por outro e aquilo que são as respostas que os cidadãos, os investidores, quem procura o Município requer da autarquia naquilo que é a sua organização orgânica. E portanto, ficamos satisfeitos por haver este reconhecimento de que houve uma alteração que permitiu agora adaptar a quem tinha condições para o fazer porque isto é importante, nós reconhecemos que do ponto de vista económico e financeiro a autarquia tem condições que lhe permite ter se calhar um conjunto de liberdades de opção a cada momento que a esmagadora maioria das autarquias neste país não têm, e não tendo nós não podemos fazer uma Lei abstrata e universal, quando a realidade de muitas autarquias levaria a que este conjunto de opções que aqui estão transcritos encabeçaria mais o seu funcionamento e iriam agravar ainda mais a sua situação de debilidade financeira e portanto ainda bem que há este reconhecimento e ainda bem que com isso há a oportunidade de fazer um conjunto de novas opções em relação à estrutura orgânica da autarquia. Portanto, houve esta possibilidade e ainda bem que Almada está neste lote, daquelas que têm mais liberdade de opção e de estrutura da sua macroestrutura. Agora, se me permite Sr. Presidente, eu acompanhei na altura no anterior mandato, enquanto Vereador a última



decisão, e com todo o respeito o processo não foi igual, não foi igual. Eu percebo porque na altura a nível do Executivo Camarário não havia maioria de decisão por parte de um único partido. E aquilo que me recordo é que houve reuniões de trabalho, onde houve preparação, houve discussão, houve debate, se procurou perceber a legitimidade, o porquê, a ambição, a decisão que levaria a que a estrutura fosse desta maneira e não daquela. E para nós independentemente se há maioria ou não há maioria, esse processo devia de ser replicado neste momento. Ou seja, seja os Vereadores através de reuniões de trabalho, seja se calhar também a Assembleia Municipal, mas já não vou tão longe, mas pelo menos no Executivo esse processo devia ter sido mais participado com reuniões de trabalho onde se calhar participações e propostas poderiam ter ajudado para construir a solução final. Na nossa opinião esse processo não foi igual, não foi tão correto, e o resultado final não nos leva a sentir minimamente vinculados às opções porque nem sequer tivemos oportunidade de participar e dar sugestões que fizemo-lo no anterior. E por isso dar esta nota, porque não está em causa agora se quatro direções municipais, dezoito departamentos, não sei quantas divisões são o correto, se cada uma delas, é fundamental que a solução seja a mais adequada, não é isso que nós queremos discutir aqui, queremos é discutir que não devíamos ter chegado aqui sem ter discutido este processo, sem termos podido participar de outra forma e não é preciso ir recuar muito tempo da última alteração, essa oportunidade foi tida. Foi tida é certo, porque não havia maioria no Executivo, houve essa opção da então Presidente da Câmara e do então Órgão Executivo, nós saudámos na altura e participámos de forma diligente e empenhada e eu não tenho dúvidas que neste mandato certamente os Vereadores do PSD iriam fazer o mesmo. E por isso o nosso sentido de voto neste momento e neste dia tem a ver exatamente com este princípio, o processo não foi participado como deveria ter sido. Não houve oportunidade de se discutir o porquê das opções, não foi discutido o alcance no caso até orçamental deste conjunto de opções, não houve oportunidade de nós fazermos propostas de alteração, como eu recordo por exemplo o Gabinete das AUGI's foi uma ambição que o PSD na anterior estrutura apresentou e foi contemplado, apesar do ponto de vista operacional não ter sido bem sucedido. Agora chegámos hoje com um processo que foi conduzido de forma diferente, na nossa opinião pior conduzido e por isso iremos votar contra.”

6.3.2.2 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



É uma herança pesada que este Governo nos deixa e é uma herança pesada que o ex-Ministro Miguel Relvas nos deixa se calhar mais pesada ainda não sei, mas pelo menos para as autarquias é uma herança pesadíssima.

O Bloco de Esquerda tem posições que são conhecidas sobre estas matérias, mas eu vou ler dois parágrafos do documento da proposta de deliberação que dizem o seguinte, “A publicação da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, (que aprovou o estatuto de pessoal dirigente das câmaras municipais e dos serviços municipalizados, adaptando à administração local a Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, que, por sua vez, aprovou o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado), pelo seu carácter impositivo, obrigou a que os municípios aprovassem “a adequação das suas estruturas orgânicas, (...), às regras e critérios previstos na presente lei até 31 de dezembro de 2012”. Trata-se de uma lei que, pondo em causa a autonomia do poder local democrático e apresentando aspetos passíveis de suscitar a sua inconstitucionalidade, foi objeto de pronúncia por parte da ANMP no sentido da sua revogação.

Assim, ao impor-se aos municípios uma reestruturação orgânica baseada em critérios e indicadores assentes em pressupostos desajustados da realidade e exigências do dia a dia da atividade municipal, a sua aplicação faz antever consequências gravosas quer para o funcionamento dos respetivos serviços, quer consequentemente, para o interesse das populações.”.

Nós se isso nos fosse pedido naturalmente subscreveríamos palavra por palavra o que está escrito nestes dois parágrafos. É evidente que as imposições do Sr. Ministro Relvas, deste Governo, aconteceu o mesmo com a extinção/agregação de freguesias que nós sabemos que foi feito a régua e esquadro, sem qualquer critério que estivesse minimamente ligado à realidade que não fosse critérios de cálculo impostos, sabemos muito bem por quem. Tudo isto vem tornar a autonomia do Poder Local Democrático não digo uma ficção mas é uma realidade difícil com certeza de lidar. Independentemente de tudo isso, nós acompanhamos em certa medida aquilo que o Sr. Deputado Municipal Nuno Matias do PSD acabou aqui de dizer. A nosso ver nós que não estamos representados no Executivo naturalmente fomos chamados para uma reunião onde nos foram colocadas estas matérias em cima da mesa, mas pronto não temos naturalmente o mesmo nível de participação que os Vereadores do PSD poderiam ter tido e que estamos a constatar agora também não tiveram. A questão que nós gostaríamos neste momento de colocar é, Sr. Presidente de que forma foram



consultados ou envolvidos os trabalhadores e ou as suas estruturas representativas nesta questão. E para já é só.”

6.3.2.3 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós consideramos que as observações que foram feitas sobre o grau de participação são de facto pertinentes, mas não podemos deixar de sublinhar as circunstâncias em que trabalhamos. Praticamente até ao primeiro trimestre do ano passado admitia-se que o Sr. Procurador do Constitucional Bacelar Gouveia que admitia a inconstitucionalidade da Lei e portanto estávamos a mexer na estrutura orgânica reconhecendo que aquela que tínhamos era uma estrutura que não estava à altura das nossas necessidades, parece-nos precipitado. A esse facto acrescia e também tive ocasião de o dizer aqui na Assembleia Municipal que tendo iniciado funções há relativamente pouco tempo permitia que essa matéria sendo importante tratar pudesse ser tratada um pouco mais tarde. Fomos sempre claros acerca deste assunto.

Tendo iniciado uma reflexão sobre estas matérias, ou seja, como é que nós conseguimos meter o Rossio na rua da Betesga, que é disso que se trata, com todas as incertezas que isso colocava em relação à estrutura, em relação a nós próprios, enfim os SMAS ficaria reduzido a quatro departamentos e uma direção municipal. São coisas assim deste género, para percebermos do que é que estamos a falar. Todas as estruturas de primeiro nível seriam reduzidas e dezasseis estruturas, estamos a falar de direções municipais e direções de departamento, trinta e quatro divisões, estamos a falar com Juntas, Câmara Municipal e SMAS. E nesta reflexão chega junho e julho, negociação do FAM e a primeira possibilidade desta matéria poder vir a ser vista e admitimos, continuamos a trabalhar na base de como adaptar à nossa realidade a Lei 49/2012.

Sabendo que aquilo ficaria e que foi aprovado pela Assembleia em 2012 para entrar em vigor a dia 1 de janeiro de 2013 não nos ia servir e que estávamos perante a eminência de começarem a cair as tais unidades orgânicas que há pouco referi. E portanto foi assim que nos mantivemos até à publicação da Proposta de Lei do Orçamento, 15 de outubro. E é a 15 de outubro que podemos começar a encarar a possibilidade de ter uma estrutura diferente. Isto é, uma estrutura mais conforme com aquilo que é a nossa realidade e as nossas necessidades. 15 de outubro, discussão do Orçamento que é votado se não estou em erro a 25 de novembro, publicação da Lei do Orçamento, retificação da Lei do Orçamento, e é a partir de dezembro que



ainda com a certeza relacionada com a publicação do Decreto-Lei da Execução da Lei do Orçamento, porque esse Decreto-Lei é um Decreto-Lei interpretativo e portanto pode introduzir limitações desde logo e impedir-nos de facto de termos aquilo que aqui trazemos hoje, e nós chegamos a dezembro e começamos a pensar noutra solução.

Na reunião de dirigentes que foi feita a 15 de dezembro, apresentámos as duas propostas, a proposta do que poderia acontecer no caso de termos de manter a Lei 49/2012 e para onde nos poderíamos orientar no caso de a Lei poder, poderemos manter no essencial a estrutura que tínhamos vindo a ter.

Não deixou de haver com certeza consulta dos Srs. Vereadores aos dirigentes dos serviços, às pessoas que seriam mais diretamente envolvidas e afetadas, sabendo nós que os principais afetados são os munícipes, mas não deixaríamos naturalmente de vos ouvir acerca do conjunto de preocupações que tínhamos. Agora, não consideramos em momento nenhum oportuno abrir a discussão e aumentar aquilo que todos reconheceram, sendo um fator de instabilidade. Lembro-me por exemplo a intervenção dos Srs. Vereadores do Partido Socialista quando fomos confrontados com a questão do término do mandato dos Srs. Diretores Municipais e da necessidade de prolongamento da sua atividade em regime de gestão e as preocupações legítimas aí manifestadas sobre a instabilidade que existia na equipa dirigente da Câmara, relacionada sobre qual o futuro da organização, como é que nós iríamos funcionar no futuro. Mas a realidade era esta, ninguém naquele momento poderia dizer a 31 de Dezembro ou a 1 de janeiro ou até ao dia 25 de janeiro se não estou em erro foi a data da publicação do Orçamento, qual o caminho que poderíamos seguir. E a partir deste mês, final de março começam a cair sucessivamente e em número crescente os tais departamentos e as divisões que temos. Portanto, nós temos aqui uma janela de oportunidade, mas é esta e temos pouco tempo para decidir sobre esta matéria. E nós somos os primeiros a lamentar que não pudéssemos ter feito isto que foi feito noutras circunstâncias e que foi feito há uns anos atrás, mas as circunstâncias em que estamos a trabalhar são de facto diferentes. Isto tudo desculpa tudo? Poderíamos uma semana antes ter colocado estas questões de uma forma mais alargada, e mexer mais ou menos, ou discutir alternativas em relação à estrutura? Admito que sim, mas também quero-vos dizer que admito que definidos e isso é o que temos que definir agora, são as questões relacionadas com a estrutura nuclear, é a margem que temos, é para esta Assembleia Municipal não pode ser passar para a Assembleia



Municipal de abril, é para agora. Também não quer dizer que não pudéssemos ter uma Assembleia Municipal extraordinária para que esse assunto pudesse ser tratado de forma extraordinária, mas nestas circunstâncias temos ainda apesar de tudo alguma margem para fazer acertos. Mas faremos esses acertos de uma forma mais ampla a partir de uma outra realidade que é a possibilidade excecional de podermos consolidar a nossa estrutura orgânica em torno de qualquer coisa que é muito mais parecido com aquilo que nós precisamos. É nesta circunstância que estamos, lamentando e naturalmente aderindo às preocupações que aqui foram manifestadas sobre a amplitude do processo de discussão, mas também solicitando a vossa compreensão pelas circunstâncias em que estamos a decidir. Enfim, as dificuldades que nos são colocadas pelos Governos e por determinados governantes ou determinadas opções, não se traduzem só às vezes no texto da Lei, mas também nas circunstâncias em que nós temos que trabalhar. E as circunstâncias foram estas. Volto a dizer isto, isto não desculpa tudo, mas são as razões que nos levam a que, e que nos impediram de uma forma mais ampla e organizada e com certeza que uma discussão destas teria que ser minimamente organizada para não lançar a barafunda e a confusão, porque tudo é incerto, há uma pergunta que gostava que alguém fizesse, qual é a garantia que nós temos que em abril de 2016 quando fizermos as contas de 2015 a despesa com o pessoal não aumentou, E como é que vamos funcionar nessa altura. Acreditamos, como sempre acreditámos pela nossa ação aqui hoje mas a ação que se continua pela reflexão com certeza que todos os responsáveis políticos farão acerca desta matéria e também pela consciência que o nosso povo e os nossos eleitores terão sobre este assunto, que teremos no contexto da reflexão a que o país será chamado a fazer em torno do processo eleitoral de outubro, se há de encontrar um caminho melhor do que aquele que temos atualmente. E portanto, que aquilo que hoje aqui aprovamos possa ter adquirido a partir dessa altura outra sustentabilidade e portanto acreditamos no nosso povo, acreditamos nos nossos munícipes e acreditamos em vós também.”

6.3.2.4 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Apenas para anunciar que face à resposta do Sr. Presidente e tendo em conta também a nossa intervenção anterior, nós somos sensíveis à sua argumentação, no entanto é nosso entender que nesta como noutras matérias o envolvimento dos



trabalhadores da autarquia é fundamental. No entanto e como disse somos sensíveis à argumentação que nos foi aqui exposta e iremos nos abster nesta votação.”

6.3.3 - Não havendo mais pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 76/XI-2º, que foi aprovada por maioria com dezoito votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó), seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP) e catorze abstenções (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.), através da seguinte deliberação:

----- **Deliberação:** -----

A Orgânica dos serviços municipais e municipalizados ao nível das autarquias locais é condicionada por legislação nacional em que se destaca:

- **Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, que consagrou o novo regime jurídico da Organização dos Serviços Municipais**
- **Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, que aprovou o estatuto do pessoal dirigente das câmaras municipais e dos serviços municipalizados.**

Considerando a alteração introduzida pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro (Orçamento de Estado para 2015) aos artigos 20º e 21º, da Lei nº 49/2012, ao permitir aos municípios em situação económica e financeira equilibrada no enquadramento do artigo 58º, nº 1, alínea a) e b), da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro podem “aprovar estruturas orgânicas e prover um número de cargos dirigentes superior ao previsto na lei”.

Considerando assim que o Município de Almada cumpre os requisitos legais impostos pode dotar-se de uma estrutura orgânica mais conforme com as necessidades de prestação de serviço público, que é seu dever garantir às populações com qualidade e eficiência e prosseguir os objetivos estratégicos de desenvolvimento sustentável, solidário e eco-eficiente que se propôs para a década de 2010 a 2020.

Nestes termos a Assembleia Municipal de Almada ao abrigo e para os efeitos dos artigos 6º e 9º, do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de setembro, e da alínea m), do nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, alterada pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, aprova a Proposta da Câmara Municipal, deliberando:



A - No que respeita aos Serviços Municipais de Almada

1 - Aprovar como modelo tipo de estrutura orgânica dos serviços municipais de Almada, o de Estrutura Orgânica Hierarquizada;

2 - Aprovar a estrutura nuclear dos Serviços Municipais de Almada, composta pelas seguintes unidades orgânicas nucleares, em conformidade com o Anexo I do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais:

2.1 - Quatro Direções Municipais (4):

2.1.1 - Direção Municipal de Administração Geral e Finanças (DMAGF);

2.1.2 - Direção Municipal de Obras, Planeamento, Administração do Território e Desenvolvimento Económico (DMOPATDE);

2.1.3 - Direção Municipal de Ambiente, Mobilidade, Energia e Valorização Urbana (DAMEVU);

2.1.4 - Direção Municipal de Desenvolvimento Social Integrado (DMDSI)

2.2 - Dezoito Departamentos (18):

2.2.1 - Departamento de Comunicação (DCOM);

2.2.2 - Departamento de Assuntos Jurídicos (DAJ);

2.2.3 - Departamento de Desenvolvimento Local (DDL);

2.2.4 - Departamento de Intervenção Social e Habitação (DISH);

2.2.5 - Serviço de Saúde Ocupacional CMA/SMAS(SSO/CMA/SMAS);

2.2.6 - Centro de Arte Contemporânea (CAC);

2.2.7 - Departamento de Administração e Finanças (DAF);

2.2.8 - Departamento de Recursos Humanos (DRH);

2.2.9 - Departamento de Informática (DI);

2.2.10 - Departamento de Administração Urbanística (DAU);

2.2.11 - Departamento de Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento Económico (DPUDE);

2.2.12 - Departamento de Obras Municipais (DOM);

2.2.13 - Departamento de Energia, Clima, Ambiente e Mobilidade (DECAM);

2.2.14 - Departamento de Salubridade, Espaços Verdes (DSEV);

2.2.15 - Departamento de Rede Viária, Manutenção, Logística e Transportes (DRVMLT);

2.2.16 - Departamento de Educação e Juventude (DEJ);

2.2.17 - Departamento de Cultura (DC);

2.2.18 - Departamento de Ação Desportiva (DAD).



- 3 - Definir o número máximo de cinquenta e três unidades orgânicas flexíveis, das quais:**
- 3.1 - 43 unidades orgânicas flexíveis dirigidas por cargos de direção intermédia de 2º grau, as designadas Divisões e;**
- 3.2 - 10 unidades orgânicas flexíveis dirigidas por cargos de direção intermédia de 3º grau.**
- 4 - Definir o número máximo de duas equipas de projeto;**
- 5 - Aprovar o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, incluindo o respetivo Anexo I, nos precisos termos da deliberação camarária de 18 de fevereiro de 2015.**
- 6 - Determinar a atribuição de despesas de representação aos titulares de cargos de direção superior e intermédia de 1º e 2º grau, dos Serviços Municipais, nos termos do disposto no art.º 24º da citada lei nº 49/2012, de 29 de agosto.**
- B - No que respeita aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada:**
- 7 - Aprovar a estrutura nuclear dos Serviços Municipalizados de Almada, composta pelas seguintes unidades orgânicas nucleares, em conformidade com o Anexo I do Regulamento de Organização dos Serviços Municipalizados.**
- 7.1 - Uma Direção Municipal (1):**
- 7.1.1 - Dirigida por um Diretor - delegado, equiparado a Diretor Municipal.**
- 7.2 - Seis Departamentos (6):**
- 7.2.1 - Departamento de Produção e Controlo da Qualidade da Água (DA);**
- 7.2.2 - Departamento de Gestão de Redes de Água e de Drenagem e Logística (DR);**
- 7.2.3 - Departamento de Tratamento de Águas Residuais (DT);**
- 7.2.4 - Departamento de Projetos e Obras (DO);**
- 7.2.5 - Departamento Administrativo e Financeiro (DF);**
- 7.2.6 - Departamento de Informática (DI).**
- 8 - Definir o número máximo de dezassete unidades orgânicas flexíveis, as designadas Divisões;**
- 9 - Definir o número máximo de duas equipas multidisciplinares;**
- 10 - Aprovar o Regulamento de Organização dos Serviços Municipalizados, incluindo o respetivo Anexo I, nos precisos termos da deliberação camarária de 18 de fevereiro de 2015.**



11 - Determinar a atribuição de despesas de representação aos titulares de cargos de direção superior e intermédia de 1º e 2º grau dos Serviços Municipalizados, nos termos do disposto no art.º 24º, da citada lei nº 49/2012, de 29 de agosto.

6.4 - Entrou-se no ponto 3.6 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 77/XI-2º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 18/02/2015, sobre “Procedimentos Concursais para Provimento de cinco Cargos de Dirigentes Superiores de 1º Grau”, (**Conforme Anexo XXVI**).

6.4.1 - Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.4.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A situação particular que nos leva a trazer hoje aqui esta proposta tem a ver com o facto de que os cargos de Direção Municipal estarem a ser providos em regime de gestão e esse regime de gestão só se pode manter por 90 dias. Iniciou-se a dia 1 de janeiro de 2015 e terminará a 30 de março de 2015. Dado o importante papel que desempenham no funcionamento e na estrutura municipal, pensamos que é de todo o interesse que esse processo possa ser desenvolvido com o máximo de celeridade e portanto a oportunidade que tínhamos para trazer a Proposta foi esta e com certeza que é por isso que está à consideração a abertura do concurso. Pensamos que cumprimos todas as condições necessárias, legais à abertura do concurso com a Proposta que aqui trazemos e é o que podemos referir.”

6.4.2 - Tendo em consideração o estipulado no art.º 55º, nº 3, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia deliberou que a forma de votação fosse realizada por levantados e sentados que constitui a forma usual de votação na Assembleia.

6.4.3 - Não havendo pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 77/XI-2º, que foi aprovada por maioria com vinte e três votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, e do PSD) e quinze abstenções (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN, do CDS-PP e Ind.), através da seguinte deliberação:

----- **Deliberação:**-----



Considerando que está aprovada a Reestruturação Orgânica dos Serviços Municipais e Municipalizados, assim como o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais de Almada e respetiva Estrutura nuclear dos serviços municipais e competências das respetivas unidades orgânicas e o Regulamento de Organização dos Serviços Municipalizados de Almada e respetiva Estrutura nuclear dos serviços municipalizados e atribuições e competências das respetivas unidades orgânicas.

Considerando que a Orgânica dos Serviços e respetivo Regulamento dos Serviços Municipais e seus anexos consagram a criação de quatro Direções Municipais, designadamente: Direção Municipal de Administração Geral e Finanças (DMAGF), Direção Municipal de Desenvolvimento Social Integrado (DMDSI), Direção Municipal de Obras, Planeamento, Administração do Território e Desenvolvimento Económico (DMOPATDE) e Direção Municipal de Ambiente, Mobilidade, Energia e Valorização Urbana (DAMEVU).

Considerando também que a Orgânica dos Serviços e respetivo Regulamento dos Serviços Municipalizados e seus anexos consagra a criação do cargo de Diretor Delegado.

Considerando ainda que às referidas Direções Municipais e ao cargo de Diretor Delegado, corresponde os respetivos cargos de Direção Superior de 1º Grau, dispondo os Mapas de Pessoal aprovados para o ano de 2015, de previsão de correspondente número de cargos dirigentes daquela natureza e nível.

Considerando finalmente por imperativo legal os membros do júri de recrutamento dos cargos dirigentes são designados por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal e constituídos por um presidente designado de entre personalidades de reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal e dois vogais, os quais selecionados de entre personalidades de reconhecido mérito, profissional, credibilidade, e integridade pessoal, devem exercer ou ter exercido atividade preferencialmente na área de recursos humanos ou da administração local autárquica.

Nestes termos e ao abrigo e em cumprimento do artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, a Assembleia Municipal de Almada de Almada, aprova a Proposta da Câmara Municipal para os Cargos de Direção Superior de 1º Grau referidos, deliberando as seguintes composições dos júris de recrutamento:



- a) Procedimento concursal para provimento do cargo de Diretor Municipal da Direção Municipal de Administração Geral e Finanças
Presidente: Prof. Fernando José Pires Santana
1º Vogal efetivo: Maj. Gen. Jorge Manuel Caldeira Aires
2º Vogal efetivo: Prof. Carlos José Pereira da Silva Santos
1º Vogal suplente: Dr. José Maria Prazeres Pós-de-Mina
2º Vogal suplente: Dr.ª Maria Helena da Cunha Rato
- b) Procedimento concursal para provimento do cargo de Diretor Municipal da Direção Municipal de Desenvolvimento Social Integrado
Presidente: Prof. Pedro Miguel de Jesus Calado Dominginhos
1º Vogal efetivo: Prof. Jorge António Oliveira Afonso de Carvalho
2º Vogal efetivo: Eng.ª Rosa Maria Simões da Silva
1º Vogal suplente: Prof. Alfredo Carreiro Melo de Carvalho
2º Vogal suplente: Dr. Orlando Alves Garcia
- c) Procedimento concursal para provimento do cargo de Diretor Municipal de Obras, Planeamento, Administração do Território e Desenvolvimento Económico
Presidente: Prof. Jorge António Oliveira Afonso de Carvalho
1º Vogal efetivo: Prof. Pedro Miguel de Jesus Calado Dominginhos
2º Vogal efetivo: Eng.ª Rosa Maria Simões da Silva
1º Vogal suplente: Prof. Alfredo Carreiro Melo de Carvalho
2º Vogal suplente: Dr. Orlando Alves Garcia
- d) Procedimento concursal para provimento do cargo de Diretor Municipal de Direção Municipal de Ambiente, Mobilidade, Energia e Valorização Urbana
Presidente: Prof. Fernando José Pires Santana
1º Vogal efetivo: Maj. Gen. Jorge Manuel Caldeira Aires
2º Vogal efetivo: Prof. Carlos José Pereira da Silva Santos
1º Vogal suplente: Dr. José Maria Prazeres Pós-de-Mina
2º Vogal suplente: Dr.ª Maria Helena da Cunha Rato
- e) Procedimento concursal para provimento do Diretor Delegado dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada.
Presidente: Eng.º António Manuel Ramos Pires
1º Vogal efetivo: Dr.ª Maria de Lurdes Cardina Pedro
2º Vogal efetivo: Eng.º António Gomes Martins
1º Vogal suplente: Prof. Florentino Manuel dos Santos Serranheira



2º Vogal suplente: Prof. Hélder Manuel Ferreira Coelho

6.5 - Entrou-se no ponto 3.7 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 78/XI-2º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 18/02/2015, sobre “Recrutamento Excecional para preenchimento de 51 postos de trabalho por Tempo Determinado para atividades nas praias do Concelho”, (**Conforme Anexo XXVII**).

6.5.1 - Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Vereador José Gonçalves a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.5.1.1 - O Sr. Vereador José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Como habitualmente o nosso Município reforça as suas equipas operacionais no período da época balnear e desse ponto de vista quer a necessidade de recrutar trabalhadores para a limpeza das praias, quer também a importante intervenção que se promove de prevenção dos fogos florestais, impõe um recrutamento excecional, um recrutamento sazonal para seis meses e a Proposta que trazemos é então nesse sentido de recrutamento por tempo determinado para a época balnear de 45 postos de trabalho para as áreas de limpeza nas praias e prevenção de fogos florestais e de 6 postos de trabalho para condutores de máquinas pesadas e veículos especiais.”

6.5.2 - Não havendo pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 78/XI-2º, que foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

----- **Deliberação:**-----

Considerando que o Mapa de Pessoal do Município em vigor para 2015 contempla a previsão de postos de trabalho que se caracterizam pela satisfação de necessidades, nomeadamente de natureza transitória e temporária inerentes à sazonalidade e acréscimo de atividades decorrentes da satisfação e adequado acompanhamento do período temporal correspondente à Época Balnear e Prevenção de Fogos Florestais, sendo que, a respetiva ocupação dos postos de trabalho para o efeito criados, assume relevância primordial no cumprimento das opções consagradas em Plano de Atividades, determinando este órgão deliberativo, por esta via, a conseqüente indispensabilidade e oportunidade na promoção do respetivo e urgente preenchimento, por forma a assegurar a boa execução das atividades programadas e a elas reportadas.



Considerando que a Proposta da Câmara Municipal submetida à apreciação da Assembleia Municipal identifica as necessidades e qualifica-as no quadro legal, como indispensáveis à concretização das atividades de natureza temporária e/ou sazonal e de natureza permanente e regular programadas e conseqüentemente necessárias a garantir o cumprimento das obrigações de prestação de serviço legalmente estabelecidas, reconhecendo-se assim relevante interesse público que as referidas atividades encerram.

Assim a Assembleia Municipal de Almada, aprova a Proposta da Câmara Municipal e no exercício das competências previstas na alínea o), do nº 1 e alínea k), do nº 2, ambos do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com os nºs 1 e 2, do artigo 64º, da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, autoriza a Câmara Municipal à abertura de procedimento concursal, mediante recrutamento excecional, demonstrado o interesse público, se e apenas, quando decorrido o procedimento concursal e na sequência da homologação da lista de orientação final, se verificar a impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa, nos termos previstos no nº 3, do artigo 30º, da Lei nº 35/2014, de 20 de junho, o que será sempre precedido da adoção de todos os trâmites, procedimentos e obrigações legais vigentes, para preenchimento dos postos de trabalho na carreira e categoria de Assistente Operacional a seguir descritos:

Constituição de Relações Jurídicas de Emprego Público em Regime de Contrato de Trabalho por Tempo Determinado

- a) Quarenta e cinco (45) postos de trabalho para exercício de atividades inerentes à Limpeza e Varredura, e Prevenção de fogos florestais, com prazo de duração de 6 meses;**
- b) Seis (6) postos de trabalho para exercício de funções de Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais, com prazo de duração de 6 meses**

6.6 - Entrou-se no ponto 3.8 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 79/XI-2º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 18/02/2015, sobre “Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior”, (Conforme Anexo XXVIII).

6.6.1 - Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.6.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



A única dúvida que se colocou relacionava-se com a Proposta que foi presente à Câmara sofreu uma alteração e estava em dúvida se estaria contemplada no texto que foi distribuído aos Srs. Deputados. Verificámos que sim, este é efetivamente o texto da Proposta. Aquilo que gostávamos de salientar é que é nosso propósito irmos tão longe quanto possível, ou o mais longe possível em termos da atribuição destas Bolsas e portanto não criarmos obstáculos oficiais ou impeditivos das candidaturas. Gostaríamos que pudéssemos de facto permitir que os nossos jovens munícipes e alunos do Ensino Superior pudessem beneficiar desta oportunidade.”

6.6.2 - No debate usou da palavra o Sr. Deputado Municipal Nuno Matias e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.6.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É muito telegráfico. Em relação a esta matéria, nós concordamos obviamente com esta medida, iremos votar favoravelmente. Agora, a questão que se nos coloca é, qual tem sido o alcance da mesma. Ou seja, como é que tem sido feita a divulgação. Nós em anos anteriores temos sugerido que se possa tentar massificar ao máximo, porque temos ideia, pedia também já agora se possível alguns números, se houver a oportunidade, de quantas Bolsas é que têm sido atribuídas. Porque eu confesso, e também vou estando atento, minimamente, à informação regular institucional da autarquia, eu continuo a entender que ficámos muito aquém daquilo que poderia ser a massificação desta medida que é boa, faz sentido, apoia quem realmente mais necessita e não é pelo fenómeno de ter maiores dificuldades que deve deixar de ter acesso àquilo que é uma formação de qualidade, que permita ao fim ao cabo crescer do ponto de vista académico. E por isso a questão que deixava é, qual tem sido o alcance, e se há ou não algumas intervenções no sentido de massificar ainda mais esta informação.”

6.6.2.2 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós estamos satisfeitos pelo alcance que se teve, não por limitações só da nossa parte. Vamos insistir na maior divulgação da Proposta e procuramos tentar no texto contemplar uma maior abrangência.

O ano passado cerca de 50% da verba não foi preenchida, eram 20 Bolsas e nem chegou às 10. Como vê há aqui trabalho para fazer e portanto procuraremos ir mais longe. É o que temos a dizer sobre isto.”



6.6.3 - Não havendo mais pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 79/XI-2º, que foi aprovada por unanimidade através da seguinte deliberação:

----- **Deliberação:** -----

O direito universal à educação e a necessidade de níveis cada vez mais elevados de escolarização da população, como suporte de um desenvolvimento integrado e equilibrado da sociedade, impõem a tomada de medidas capazes de obviar as desigualdades sociais que impedem o acesso à escola dos estudantes com dificuldades económicas.

Neste âmbito, a concessão de Bolsas de Estudo visa proporcionar apoio aos estudantes residentes no concelho ou que sejam trabalhadores das suas autarquias que, em virtude da sua situação económica, têm dificuldades em prosseguir os estudos nos estabelecimentos de ensino superior, apresentando-se assim como um modo de estimular a frequência do ensino superior contribuindo positivamente para o desenvolvimento do concelho.

Na concretização do objetivo de promover a igualdade de oportunidades, o Município de Almada tem, desde 29 de abril de 1991, data em que foi aprovado o primeiro regulamento, proporcionado anualmente bolsas de estudo a estudantes residentes no concelho e trabalhadores das autarquias que demonstrem ter menores recursos económicos e assim implementando os objetivos definidos para a Década de Desenvolvimento “Sustentável, Solidária e Eco-eficiente” que se encontram espelhados nas Opções do Plano e Orçamento do Município de Almada para 2015, linha de orientação 4.20 “Estudar, desenvolver e alargar o programa de bolsas de apoio a estudantes e investigadores residentes no concelho com dificuldades económicas”.

Assim e também da experiência adquirida ao longo destes anos tem vindo a revelar-se a necessidade de se proceder a alguns ajustamentos ao citado Regulamento, que para tanto a Câmara Municipal submete à apreciação da Assembleia Municipal a Proposta de novo Regulamento.

Nestes termos e ao abrigo e para os efeitos da alínea g), do nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal aprova a Proposta da Câmara Municipal de Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, nos precisos termos da deliberação camarária de 18 de fevereiro de 2015.



6.7 - Entrou-se no ponto 3.9 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 80/XI-2º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 18/02/2015, sobre “Plano Municipal de Emergência - Regulamento”, (**Conforme Anexo XXIX**).

6.7.1 - Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.7.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A Proposta que se traz à Assembleia Municipal é deliberar sobre o Regulamento do Plano Municipal de Emergência. O texto foi consensualizado com as várias entidades com quem foi estabelecida a parceria, naturalmente que haverá sempre trabalho de apuramento a fazer, sobre os procedimentos, para que tudo fique mais claro e que vai para além das preocupações com o Regulamento, mas o Regulamento é um importante ponto de partida para o nosso relacionamento e o relacionamento entre as várias instituições e a igualdade de critérios na atribuição dos apoios para que possa ser garantido. É essa a nossa preocupação. Estamos ao vosso dispor.”

6.7.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais António Pedro Maco, Odete Alexandre, Maria D’Assis, Carlos Guedes e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.7.2.1 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Esta é uma matéria que o CDS-PP já teve a oportunidade de saudar a Câmara Municipal por este mesmo Programa de Emergência Social. É evidente que todos nós gostaríamos que ele mesmo não existisse, seria um bom sinal. Já reconhecemos também por parte do CDS-PP que embora entendamos que o país está a melhorar aos poucos, mas ainda não é aquilo com certeza que nenhum de nós pretende e portanto acho que todos incluindo também o esforço das autarquias e aqui é mais uma vez um exemplo ao contrário do que se disse, que as autarquias também têm um papel fundamental no apoio do cidadão, de outra forma independentemente da descentralização ou não, de outra forma também não serviriam para nada, digamos assim, e portanto também quando as autarquias precisam do Estado, nomeadamente nestas questões das dívidas das autarquias, portanto o Estado também cá está para e bem, para ajudar então esse papel, tendo em conta a gestão de alguns municípios, não são todos como é óbvio.



Relativamente a esta questão Sr. Presidente, temos aqui uma questão e temos aqui duas propostas para fazer.

A primeira questão e já foi falada relativamente também à Proposta que antecedeu que será, ou seja, como vai ser atribuído este apoio? Ou seja, como será feita a divulgação, se há mecanismos para que os munícipes que estejam em carência social possam chegar mais atempadamente ao conhecimento deste mesmo programa; se o mesmo vai ser passada a mensagem também no Boletim Municipal e de certeza que sim e o CDS-PP propõe também, e porque não, há tantos outdoors sobre tanta coisa, que se possa também em outdoors quer a Proposta anterior da Câmara Municipal relativamente à atribuição das Bolsas de Estudo, quer também a esta mesma Proposta que possa ter uma apresentação e uma divulgação muito maior, nomeadamente a possibilidade de outdoors.

Depois relativamente à proposta propriamente dita, o CDS-PP deixa aqui duas sugestões. Ou seja, relativamente ao artigo 3º, o ponto 2, onde dá indicação “a) Despesas de habitação, renda, água, eletricidade, gás; b) Medicação, transportes e documentação prioritária; c) Bens de primeira necessidade para crianças até um ano de idade; d) Outras despesas identificadas e fundamentadas pelas entidades subscritoras do Protocolo de Parceria.”.

E o CDS-PP propõe que, não sei se já está aqui incluído ou não, mas já agora deixamos também a questão “despesas jurídicas” e relativamente muitas das vezes que se encontra nesta mesma situação, portanto insolvência, renegociações da dívida que está muito em voga, enfim. E portanto nós deixamos também essa sugestão Sr. Presidente, para que possa estarem incluídas também aqui um apoio jurídico.

Relativamente também a uma alínea que seria a alínea e), seria também a possibilidade de apoio psicológico para estas mesmas situações transitórias. Depois o artigo 4º destinatários, onde diz “O Plano Municipal de Emergência tem como destinatários indivíduos ou famílias, com residência fixa no concelho de Almada, cuja situação se enquadre no concelho definido no artigo 2º.”.

O CDS-PP propõe aqui também que possa passar a estar incluído vítimas de violência doméstica que pretendam abandonar o lar com ou sem filhos. Portanto, são estas as sugestões que o CDS-PP deixa na tentativa da melhoria desta mesma Proposta. Entendemos que a Proposta é uma boa Proposta e portanto vai ter com certeza o aval positivo por parte do CDS.”

6.7.2.2 - A Sr.ª Deputada Municipal Maria Odete Alexandre (Ind.):



“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Quando li na agenda que íamos ter o Plano Municipal de Emergência imaginem o que é que eu pensei, eu acho que falta aqui uma palavra, “Emergência Social”. Porque eu quando li Plano Municipal de Emergência pensei nas minhas preocupações com os sismos e com os tsunamis. Estão a compreender? Portanto acho que falta aqui uma palavra, falta aqui a palavra “Social”. O Plano é Social de Emergência Social, de facto. Isto é uma questão formal, mas penso que é oportuna.

Depois saudar a Sr.^a Vereadora e já tive oportunidade de lhe dizer na 4^a Comissão que a Sr.^a tem muita sorte com a equipa que tem a trabalhar consigo na Câmara, porque de facto num articulado tão simples conseguem abranger aquilo que é realmente fundamental. Em relação aos parceiros que estão aqui e penso que falta aqui um parceiro importante que é a UMAR, porque de facto as questões da violência doméstica que agora o CDS acabou de referir, são questões que nós devemos ter em conta e que deveriam estar contempladas por a UMAR penso que deveria ser um parceiro muito importante neste conjunto de parceiros.”

6.7.2.3 - A Sr.^a Deputada Municipal Maria D’Assis (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só umas breves palavras. O Partido Socialista reconhece de facto esta Proposta da Câmara, no sentido do apoio às famílias, embora também não podemos deixar de reconhecer que é uma Proposta um pouco mais tardia que algumas Câmaras aqui da Área Metropolitana de Lisboa, na medida em que este Plano de Apoio às Famílias já foi implementado pelo menos na Amadora em 2011, mas em Cascais também e em Lisboa e em Sintra. De todos os modos isso não desvirtua este reconhecimento e este passo de facto que a Câmara Municipal de Almada dá, numa perspetiva do reforço do apoio às famílias com maior carência na medida em que da parte do Estado tem havido uma retração a todos os níveis no sentido deste apoio. No entanto o que nós Partido Socialista achamos é que não se fique só nesta proposta, as carências são muitas, as famílias, este é um apoio de facto para as situações de maior vulnerabilidade em situações limite e achamos que o apoio às famílias não se pode esgotar só, é extremamente importante o acesso à habitação, é importante o apoio às famílias ao nível da escola a tempo inteiro e muitas outras propostas que de certo modo temos feito.”

6.7.2.4 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



A exemplo do que fizemos o ano passado saudamos esta iniciativa, o Plano Municipal de Emergência Social e eu pensei exatamente o mesmo que a Sr.^a Deputada anterior. Depois de ler a Proposta é que me apercebi que não. Era bom que daqui a um ano estivéssemos a discutir a sua extinção e a sua caducidade digamos assim, porque não deixa de ser necessário. Mais vale tarde do que nunca e felizmente em Almada não acontece o mesmo que acontece na Amadora onde quase todas as semanas pessoas são despejadas das suas casas no Bairro Santa Filomena, e deixo aqui a nossa solidariedade para com essas pessoas.”

6.7.2.5 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Acho que sobre esta matéria já tivemos a oportunidade de nos pronunciar noutras ocasiões, é conhecido o nosso entendimento, o entendimento da Câmara sobre estes assuntos. Procurou-se um modelo de Plano inicialmente que se verificou ter muita dificuldade em ser concretizado e optámos depois de alguma reflexão sobre este novo modelo. Mas também é reconhecido que não deixámos de em todos os momentos e a partir da altura que se entendeu que deveria caminhar nesta direção procurar encontrar uma solução adequada. Depois o que é que gostava ainda de dizer. A dimensão dos problemas sociais no nosso entender e isto é bom que fique claro entre nós, no entender da Câmara, a dimensão dos problemas sociais não é compatível com uma assunção de responsabilidades que por parte da Câmara, que vá para além daquilo que seja razoável. Nós estamos a falar, penso que algumas pessoas que estão aqui nesta Assembleia até já tiveram lugares de responsabilidade em organismos da Administração Central e sabem que estão a trabalhar com orçamentos de várias dezenas de milhões de euros, às vezes de coisas aparentemente de pequena dimensão. Vamos aqui ao ACES de Almada, se calhar está aí uns quarenta milhões de euros de Orçamento, ou uma coisa desse género, que é um bocadinho de mais do que metade do Orçamento da Câmara. E se formos para a Segurança Social e aquilo que a Segurança Social estará disponível ou terá disponível para financiamentos, apesar dos cortes todos que tem tido, será de várias dezenas de milhões de euros, é disso que estamos a tratar. Portanto, comparar aquilo que é a disponibilidade do Município com aquilo que apesar de tudo tem sido feito, barbaridades que têm sido cometidas nesta área, ainda têm os organismos da Administração Central. É estarem a enganar as pessoas, é pensar que nós podemos substituir aquilo que é a intervenção do Poder Central e dos Organismos Centrais



nesta matéria. Olhem para os Orçamentos, para o nosso e para o deles e vejam qual é a dimensão, são duzentos mil euros. O que temos aqui são duzentos mil euros, pode alargar um bocadinho mais, mas mesmo eu disciplinássemos e chegássemos aos quatrocentos mil, ainda estamos a muitos e muitos anos luz de distância daquilo que é a capacidade e os recursos que a Administração Central tem para gerir este fenómeno.

Exigir mais e nós próprios tudo bem, mas peço desculpa, a multiplicação dos peixes e dos pães é um bocadinho difícil aqui para a Câmara de Almada, apesar de terem alguns santos poderosos e apóstolos, mas não conseguimos ir lá. Portanto, a gente agora vai acrescentar mais as mulheres com toda a dimensão e gravidade do problema, vítimas de violência, para o qual tem que haver uns programas específicos para isso.

Não vamos enganar as pessoas, dizer, “não, agora passa a ser na Câmara é que esse problema vai ser resolvido”. Não vamos por aí. Peço-vos desculpa a todos, a boa vontade não chega, é preciso que haja recursos, é preciso que haja efetivamente recursos, porque depois o que é que apareceu hoje na reunião do Núcleo Executivo do CLASA? É que há pessoas que se dirigem às instituições que têm que fazer o diagnóstico na expectativa de que de certeza vão ter direito ao subsídio antes do diagnóstico, antes de saber exatamente qual é a sua situação. É preciso atenção, nós não podemos estar a alimentar falsas expectativas em relação às pessoas, temos que fazer o nosso melhor, dar o nosso melhor, divulgar o máximo possível isto para quem tenha carência e necessidades, e sabemos que esses muitas vezes são os que estão menos informados e que têm menos acesso à informação. Temos que fazer um esforço nesse sentido, mas não vamos começar a transmitir a ideia que agora os problemas criados pelas razões que todos conhecem e com o desinvestimento que todos conhecem passam a ser resolvidos em Almada, porque existe um Plano de Emergência Social. Não vai ser assim. Nós fazemos o melhor e tudo o que estiver ao nosso alcance também para melhorar a nossa capacidade de intervenção nestas áreas. Mas o pior que podíamos fazer é que as pessoas além da situação de miséria para que são empurradas ainda voltassem novamente a ser enganadas, porque enganadas já elas andam, mas voltavam novamente a ser enganadas. Não contem connosco para isso, que fique claro.

Há um acordo, penso que esse acordo é sustentável, é generoso, está assente nas boas vontades das pessoas. Todos nos entendemos em torno disto, mas vamos



fazendo o caminho passo a passo e naturalmente dando os passos que estejam ao alcance da nossa perna, mais do que isso não é possível e portanto ficava por aqui.”

6.7.3 - Não havendo mais pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 80/XI-2º, que foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

----- **Deliberação:**-----

O Plano Municipal de Emergência Social de iniciativa da Câmara Municipal foi aprovado pela Assembleia Municipal em Reunião Plenária realizada no dia 19 de dezembro de 2014 e publicitada pelo Edital nº 258/XI-2º.

O Plano Municipal de Emergência é uma linha de intervenção municipal que consiste no apoio a indivíduos e famílias em situação de emergência social, de natureza excecional e temporária, para despesas de habitação, medicação, transportes e documentação prioritária e também para aquisição de bens de primeira necessidade destinados a crianças até um ano de idade e tem como objetivos:

- Reforçar as respostas existentes para apoio às situações de grave carência e de emergência social dos munícipes;**
- Contribuir para colmatar pontualmente os impactos de situações de pobreza externa.**

Com vista ao desenvolvimento do Plano (PMES) foi assinado um Protocolo de Parceria, entre o Município, a Associação Solidariedade e Desenvolvimento do Laranjeiro; Associação Vale de Acór; Centro Comunitário de Promoção Social do Laranjeiro e Feijó; Centro Paroquial de Cristo Rei; Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Conceição da Costa da Caparica; Liga de Amigos do Hospital Garcia de Orta; Santa Cada da Misericórdia de Almada e o Instituto da Segurança Social, IP, e para a sua operacionalização foi constituído um grupo de trabalho representativo que elaborou uma proposta de Regulamento.

É assim o Regulamento visando definir as condições de funcionamento do Plano Municipal de Emergência, nomeadamente os requisitos de acesso, procedimentos técnicos, obrigações dos beneficiários, e instrumentos de trabalho, garantindo os princípios da justiça social, do respeito pela privacidade e reserva da confidencialidade do cidadão e da articulação e cooperação entre os parceiros que é submetido à apreciação da Assembleia Municipal.



Nestes termos a Assembleia Municipal de Almada ao abrigo e para os efeitos da alínea g), do nº 1, da Lei 75/2015, de 12 de setembro, aprova a Proposta da Câmara Municipal de Regulamento do Plano de Emergência Social, nos precisos termos da deliberação camarária de 18 de fevereiro de 2015.

6.8 - Entrou-se no ponto 3.10 com a apreciação e votação da alteração da composição do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada, prevista no artigo 4º, do respetivo Regulamento, (**Conforme Anexo XXX**).

6.8.1 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal apresentou a Deliberação sobre a Alteração da composição do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada, através da leitura do projeto de deliberação.

6.8.2 - Não havendo pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da alteração, que foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

----- **Deliberação:** -----

Considerando que a lei que cria os Conselhos Municipais de Segurança - Lei nº 33/98, de 18 de junho - dispõe no seu artigo 6º que compete às Assembleias Municipais aprovar o respetivo Regulamento do Conselho.

Em consideração desta disposição legal o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Almada, no seu artigo 28º, atribui também à Assembleia Municipal a competência para as suas revisões e que podem ser feitas a todo o tempo.

Considerando que tanto a estrutura regional da Polícia Judiciária, como do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras aceitam integrar o Conselho Municipal de Segurança de Almada e assim contribuindo para o seu reforço e enriquecimento.

Nestes termos a Assembleia Municipal de Almada ao abrigo e para os efeitos do artigo 6º, da Lei nº 33/98, de 18 de julho, a alínea i, do nº 2, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 28º, do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Almada delibera alterar a composição do referido Conselho através do aditamento de uma nova alínea ao seu artigo 4º e do seguinte teor:

1 - Artigo 4º

(Composição)

Integram o Conselho:

.....
.....



g) Os responsáveis regionais da Polícia Judiciária e do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

2 - As alíneas g) a m) do artigo 4º em alteração são reordenadas passando a alíneas h) e n) respetivamente.

7 - Foi concluída a ordem de trabalhos assim como a agenda da Sessão.

8 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as Ivan da Costa Gonçalves, José Manuel Raposo Gonçalves, António José Pinho Gaspar Neves, Maria Amélia de Jesus Pardal, Francisca Luís Baptista Parreira, António José de Sousa Matos, Maria Teodolinda Silveira, Rui Jorge Palma de Sousa Martins, Francisco Miguel Pereira Cardina e Maria do Carmo Mira Borges.

9 - Foi verificada a presença na Reunião do Jornalista, Senhores Sandra Guerreiro e Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP - CMA, e Humberto Lameiras do Cidade Informação Regional; das Srs. Juristas Teresa Canarias e Maria João Gomes de apoio à Presidência da Câmara Municipal de Almada, e de vinte Srs. Munícipes.

10 - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.

11 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H25 do dia 28 de fevereiro de 2015.

12 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

A 1ª SECRETÁRIA _____

A 2ª SECRETÁRIA _____